

Idéias

EM REVISTA

Revista bimestral do Sindicato dos
Servidores das Justiças Federais
no Estado do Rio de Janeiro

ANO III - Nº 24 - Abril e Maio de 2009



**Dia do Trabalhador
em tempos de crise**
Páginas 24, 25 e 26



**Reenquadramento: Sisejufe
entrará com ações individuais**
Página 5



Cariocas comemoram o
1º de Maio na Quinta da Boa Vista

Especial
JONGO
da SERRINHA
Páginas 28 e 31



A SIMONSEN E UCAM FIRMARAM CONVÊNIO COM O SISEJUFE.

ESTA PARCERIA GARANTE AOS CONVENIADOS,
BOLSAS DE ESTUDO DE ATÉ

70%

PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO, PÓS-
GRADUAÇÃO E COLÉGIOS DE APLICAÇÃO.

Agora também*:

- Bacharelado em Geografia
- Licenciatura em Letras/Espanhol
- Licenciatura em Informática
- Tecnologia em Gestão Empresarial (c/ ênfase em Petróleo e Gás)
- Eng. de Produção (c/ ênfase em Petr. Gás)
- Em outras unidades, outros cursos

**PROCESSO SELETIVO
SIMONSEN E UCAM
DIARIAMENTE
2009 / 2º SEMESTRE**

SISEJUFE
SINDICATO DOS VEREADORES DAS ESCOLAS FEDERAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



UNIVERSIDADE
CÂNDIDO
MENDES

FEDERAÇÃO DE ESCOLAS
SIMONSEN
FACULDADES E COLÉGIOS
CONDIÇÕES PARA ESTUDAR
www.simonsen.br Tel.: (0XX21) 2406-6444



Rua Ibitiúva, 151 - Padre Miguel - Rio de Janeiro - RJ
www.simonsen.br - (21) 2406-6444

Cartas dos Leitores

Concursado do TRT comenta o engajamento do sindicato para a aprovação da PL 2.550/2003. O Concurso de Remoção da Justiça Federal. E um elogio à rapidez da assessoria jurídica do Sisejufe.

Página 4



Editorial/Sindicais

Reenquadramento. Sisejufe vai entrar com ações individuais pelos atrasados do B-17.

Página 5



Sindicais

Sisejufe garantiu o feriado de 8 de abril no TRE. Edital do Concurso de Remoção da Justiça Federal só sai em agosto.

Páginas 6 e 7

Justiça do Trabalho

O Fórum Trabalhista de Nova Iguaçu está caindo aos pedaços.

Páginas 8 e 9



Prestação de Contas

A gestão sólida e transparente do Sisejufe pode ser conferida em detalhes com a prestação de contas em gráficos e tabelas.

Páginas 10 a 13



Oficina Literária

Marlene de Lima conta a história de Evinha, que era uma Lolita, e de seu casal de irmãos.

Página 14



Dicas Culturais

Nova turma de Inglês e novo curso de Francês do Sisejufe. E ainda, a Oficina de Danças Populares de Lucio Sanfilippo.

Página 15

Saúde

Sisejufe e Cremerj discutem as restrições das licenças médicas na Justiça Federal.

Páginas 16



Justiça do Trabalho

Sisejufe cobra do TRT a nomeação de todos os aprovados no concurso público de 2008.

Página 17

Redução da Jornada

Em ensaio, Roberto Ponciano questiona a resistência à Jornada de 6 horas no Judiciário Federal.

Páginas 18 e 19

Nacional

Os jornalistas paulistanos Vinicius Souza e Maria Eugênia Sá analisam o enfraquecimento, irreversível, segundo eles, da Grande Mídia.

Página Central

Mídia

A Folha de S.Paulo usa critérios diferentes ao tratar os presidentes Dilma Rousseff e José Serra.

Página 22

Deficientes

Determinação do Tribunal de Justiça do Rio dificulta a vida dos cegos no estado.

Páginas 23

Nossa História

Helder Molina escreve sobre o 1º de Maio em tempos de crise.

Páginas 24 e 25

Movimento Sindical

Saiba como foi a festa do Dia do Trabalhador que reuniu milhares de pessoas e várias centrais sindicais na Quinta da Boa Vista.

Página 26

Movimento Sindical

Conversamos com a dirigente da CUT Lúcia Reis sobre negociação coletiva, imposto sindical e regulamentação de greve no setor público.

Página 27

Especial Jongo da Serrinha

Um pouco da história do Jongo. Descubra também, na entrevista com Dyonne Boy, qual a relação entre o Jongo e o sindicalismo.

Páginas 28 e 31

Movimento Sindical

Conheça quem são os nossos delegados e delegadas para a XV Plenária da Fenajufe e para os Congressos Estadual e Nacional da CUT.

Página 32

Reforma Agrária

O esclarecimento do MST sobre o confronto com os capangas de Daniel Dantas no Pará.

Página 33

Direitos Humanos

Em reportagem de nossa colaboradora Gizele Martins, o drama de mais uma vítima do despreparo das forças de segurança pública no Rio.

Páginas 34 e 35

Nacional

Estudo do Ipea mostra que inchaço da máquina pública é apenas um mito neoliberal.

Página 36

Internacional

Ideias repercute a execução de uma jovem no Irã, sem ampla defesa.

Página 37

Latuff

Nosso cartunista percebe bem o modo com o qual a Justiça tem sido tratada pelo presidente do Supremo.

Página 38



O sindicato é a Casa da União

A história da luta pela aprovação do PL 2550/2003 (hoje Lei 11.877/2008) está gravada nos fóruns da comunidade do Orkut. Para conhecê-la, basta acessar <http://www.orkut.com.br/Main#CommTopics.aspx?cmm=58431209>. Nesse feriado fiz uma visita aos primeiros fóruns e resolvi escrever ao sindicato para agradecer pela atuação dessa diretoria – em especial nas pessoas de seu presidente, Roberto Ponciano, e do diretor, Nilton Pinheiro – desde o início desse processo (ao lado da Amatra e da OAB). Fato que pode ser atestado nos fóruns acima mencionados, como “Resposta do Sindicato” (1/8/2008) e “Audiência Pública no Sisejufe” (29/8/2008), entre outros. E pelo depoimento do presidente do Sisejufe no site <http://www.pl2550.com/>.

Boa parte dos concursados já convocados acompanhou esse processo. Assim, hoje já devem estar sindicalizados, não só por agradecimento, mas por terem aprendido que é da nossa união que surge a nossa força – e o sindicato é a nossa Casa de União. Para os que não acompanharam a luta pela aprovação do PL 2550, acho importante que a imprensa do Sisejufe publique essa carta, pois só com sindicatos fortes e com diretorias consequentes construiremos uma democracia soberana e um País mais justo. Eu ainda estou entre os 40% (287 cargos) que aguardam provimento. Mas sei que a luta do Sisejufe, ao lado da Amatra e da OAB, será vitoriosa e logo seremos nomeados, conquistando-se também a celeridade processual na justiça trabalhista do Rio de Janeiro.

Luís Amauri
Pinheiro de Souza

Sisejufe responde rápido

A resposta rápida, coerente com as necessidades do servidor, tem sido verificada como uma constância por parte do sindicato e também na participação da assessoria jurídica, notadamente da Dra. Dayane Palmieri, do Departamento Jurídico. Contratar estagiários para auxiliá-la e outros advogados é de extrema necessidade. Elogios aos colegas Roberto Ponciano e João Mac-Cormick.

Cordialmente.
Abdalah Affonso – TRE

Concurso de Remoção na Justiça Federal

Venho por meio deste solicitar o apoio, no que couber ao sindicato, para a realização do Concurso Nacional de Remoção da Justiça Federal de 2009, uma vez que não foi aberto o Edital de Inscrições no mês de março, em total afronta à Resolução 3/2008 do CJF. A Equipe SINAR – Sistema Nacional de Remoção, do RH do Conselho, sequer divulgou nota informando os motivos da não realização do concurso no prazo estabelecido pela norma interna, demonstrando total descaso para com os servidores federais que conquistaram através da Lei 11.416/2006, depois de muitos anos de luta, a efetivação do direito de remoção previsto na Lei 8112/1990.

Há rumores de que haveria uma proposta de mudança da Resolução 3, transferindo o concurso para o mês de agosto e diminuindo as opções de lotação de 5 para 2, ante um suposto requerimento ocorrido em reunião dos diversos setores de RH dos 5 TRFs, em favor dos servidores. Isso é totalmente questionável, pois quem tem interesse na remoção, quer fazê-lo o quanto antes e de preferência com o maior número possível de opções de escolha, para a viabilização da permuta.

Ora, mas o que interessa é que tal proposta não foi

aprovada, tampouco votada, ou seja, está em pleno vigor a Resolução 3, que regulamenta a remoção no âmbito da Justiça Federal, devendo ser cumprida pelo próprio Conselho de Justiça Federal (CJF).

O CJF deveria seguir o exemplo do CSJT que editou uma resolução totalmente pró-servidor, já realizou mais de um concurso e vem respeitando o direito de remoção, inclusive, por claro de lotação, o que facilita em muito o retorno do servidor para o seu Estado de origem, pois ocorre independentemente de permuta. Isso falando de Judiciário, pois no MPU e AGU, por exemplo, a remoção já ocorre normalmente há anos.

Sugiro que o sindicato divulgue o ocorrido, bem como cobre o compromisso de realização anual do concurso de remoção, intervindo junto aos órgãos pertinentes, para que o interesse de muitos servidores da Justiça Federal seja facilitado e não restringido.

José Gomes – UFRJ

Nota da Redação: Caro José Gomes, de fato a Secretaria de Recursos Humanos do CJF informou que o edital do Concurso Nacional de Remoção na JF deve ser publicado em agosto – de acordo com matéria na página 7 desta edição. O sindicato continuará atento.

Cai mais um mito

Na página 36 dessa edição, reproduzimos uma reportagem do jornalista Maurício Dias, de Carta Capital, que só é surpreendente para os avaros do Estado mínimo: o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou estudo que aponta em 11% a participação do emprego público em relação à população ocupada. Se for considerada a população total do país, o índice não chega a 6%. Em países “privatistas”, como o Canadá, esse índice é de 19,9%. Na França, de 14,4% e na Espanha de 15%.

Não deixe de conferir, também a reportagem das páginas 8 e 9, sobre as precárias condições do Fórum Trabalhista de Nova Iguaçu. O contraste com as instalações da Justiça Federal, no mesmo município é gritante.

E, como anunciado no jornal Contraponto de abril, nesta edição apresentamos os gráficos e tabelas com o detalhamento das contas do Sisejufe – aprovadas por unanimidade na Assembleia Geral de 25 de março.

Denúncias, cultura, movimento sindical e ideias, muitas ideias, em revista. Boa leitura!

Sisejufe entrará com ações individuais pelos atrasados do B-17

Max Leone*

O Departamento Jurídico do Sisejufe entrará com ações individuais de cobrança para os servidores do Judiciário Federal no Rio que ainda não receberam os atrasados decorrentes do Artigo 22 da Lei 11.416/2006, que corrige distorções de enquadramento, os chamados B-17 (técnicos judiciários) e A-24 (analistas). De acordo com o diretor do sindicato Roberto Ponciano, a medida é necessária, haja vista que não há nenhuma movimentação nos tribunais que ainda têm esta dívida, como o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e o Tribunal Regional do Trabalho (TRT). “O Sisejufe não cobra honorários de sucumbência ou qualquer valor para ingressar com a ação, o sindicalizado paga apenas as custas judiciais. Para usufruir dos serviços prestados, basta se filiar à entidade. O não-filiado pode marcar a consulta por telefone e se sindicalizar no dia da consulta jurídica”, explica o diretor.

Para dar entrada na ação é preciso que os servidores tragam ao sindicato cópia da identidade, do CPF, último contracheque, comprovantes de rendimentos comprovando que o Artigo 22 foi implementado, além de fazer uma procuração para que a entidade possa representar o servidor na Justiça.

O Artigo 22 da Lei 11.416, da legislação do PCS3, veio corrigir uma situação que prejudicava muitos servidores do Poder Judiciário Federal em todo o país. Com a entrada em vigor do artigo, uma conquista da categoria, técnicos e analistas judiciários que fizeram concurso antes da implementação da Lei 9.421/1996 foram beneficiados com o reenquadramento previsto pela legislação mas que não fora estendido a esses funcionários. De acordo com Rudi Cassel, advogado e assessor Jurídico do Sisejufe em Brasília, ao prestarem concursos os aprovados deveriam ter sido enquadrados em uma tabela melhor. O que na realidade não ocorreu.

“Os técnicos judiciários deveriam ter o B-17, e o correspondente para os analistas seria o A-24. O Artigo 22 da nova lei determinou o reenquadramento retroativo dos servidores prejudicados, com o pagamento das diferenças remuneratórias correspondentes”, explica o advogado.

Entendendo o Artigo 22

Segundo Rudi Cassel, quando houve a implementação da Lei 9.421, como o primeiro plano de carreira autônomo dos servidores das carreiras do Poder Judiciário da União, um grupo de servidores, aprovado sob a vigência da Lei

5.645/1970, foi nomeado e enquadrado na vigência da Lei 9.421. Até então, eles eram subordinados às tabelas da Lei 5.645 e ao Estatuto da Lei 1.711/1952.

Nesse contexto, os técnicos judiciários aprovados e enquadrados antes da Lei 9.421 tiveram respeitada a tabela anterior e foram transpostos para a classe/padrão correspondente da nova lei (B-17), enquanto que aqueles aprovados sob a situação anterior, porém nomeados depois da lei de 1996, foram enquadrados no A-11.

O advogado lembra que isso também ocorreu com os analistas judiciários. Enquanto os servidores enquadrados anteriormente à Lei 9.421 foram transpostos para a classe/padrão A-24, os demais concursados anteriores, ainda não enquadrados na época da referida lei, tiveram que ocupar a classe padrão A-21, ou seja, três padrões remuneratórios abaixo do que eles deveriam ser.

“Em resumo, a distância de um dia de enquadramento poderia representar vários padrões remuneratórios de diferença, o que gerou uma situação de injustiça que somente corrigida pelo Artigo 22 da Lei 11.416”, afirma Rudi Cassel.

*Da Redação.



SISEJUFE

SEDE: Avenida Presidente Vargas 509, 11º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ – CEP 20071-003
 TEL./FAX: (21) 2215-2443 – PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
 ENDEREÇO ELETRÔNICO: imprensa@sisejufe.org.br

Filiado à Fenajufe e à CUT

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, Gilbert de Azevedo Silva, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Luiz Carlos Oliveira de Carvalho, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Williams Faustino de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Márcia Bauer.

IDÉIAS EM REVISTA – REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb 18.091) – **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo – **ESTAGIÁRIA DE JORNALISMO:** Gizele Martins
DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **ILUSTRAÇÃO:** Latuff – **CAPA:** arte de Deisedóris de Carvalho sobre fotos de Henri Figueiredo
CONSELHO EDITORIAL: Roberto Ponciano, João Mac-Cormick, Henri Figueiredo, Max Leone, Márcia Bauer, Valter Nogueira Alves, Nilton Pinheiro
IMPRESSÃO: Gráfica e Editora Minister (8,6 mil exemplares)

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em
Papel Reciclado

Sindicato garantiu feriado em 8 de abril

Uma ação ajuizada pelo Sisejufe garantiu o feriado no dia 8 de abril no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). A juíza Regina Celi Medeiros de Carvalho, da 6ª Vara Federal, deferiu na noite de terça-feira, 7 de abril, a antecipação dos efeitos da tutela para determinar a suspensão do expediente do TRE do Rio de Janeiro e respectivas Zonas Eleitorais no dia 8 de abril de 2009. A decisão foi enviada via fax para a Presidência do TRE.

Em sua decisão, a magistrada observa que a mera interpretação gramatical do texto da Lei 5.010/1966, em seu artigo 62, poderia conduzir ao equívoco de classificar como feriados apenas os dias de quinta-feira, sexta-feira e sábado, da Semana Santa, restando excluídos, portanto, a quarta-feira e também o domingo de Páscoa, “o que revela incoerência, já que resta óbvia a inclusão deste último no rol de feriados para fim de sus-

pensão de expediente.” A juíza continua: “Assim, é de se compreender que a intenção do legislador foi conferir à quarta-feira da Semana Santa o status de feriado, embora tenha lançado mão da expressão “entre”, que, à míngua de uma interpretação sistemática (...) poderia conduzir ao equívoco aventado”.



Sindicato cobra melhores condições de limpeza nos cartórios do TRE no interior

O Sisejufe cobrou da direção do TRE uma solução a a falta de limpeza dos cartórios do interior. Em resposta, o diretor-geral do tribunal, Ronaldo S. de Mesquita, informou que existe uma “complexidade” para a contratação de serviços de limpeza e conservação em todas as Zonas Eleitorais do estado, que estão divididas em seis áreas de atendimento.

No documento, o diretor-geral explica que houve “significativa quantidade de recursos” contra o resultado da licitação, interpostos pelas empresas participantes do certame. Ele informou que começou em dia 20 de abril a distribuição de materiais de limpeza nos cartórios, com a

implementação gradativa dos respectivos serviços de acordo com cronograma formulado por representantes das Secretarias de Administração e de Manutenção e Serviços Gerais.

O Sisejufe continuará atento ao atendimento das reclamações dos servidores. O diretor do sindicato Roberto Ponciano afirma que, “caso não seja cumprido o prometido”, os funcionários devem comunicar o fato ao sindicato. “A resposta do TRE mostra que os servidores devem sempre procurar o sindicato para formular seus pleitos, já que é o canal de comunicação e reivindicação privilegiados, no qual se conseguem as soluções mais rápidas”, diz Ponciano.

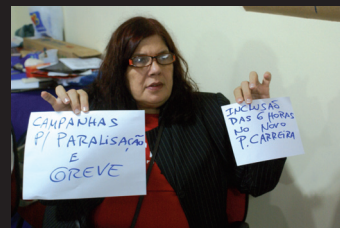
Fenajufe participará da elaboração do Concurso de Remoção do TSE

A Fenajufe participará da elaboração do Concurso de Remoção do TSE. O diretor geral do TSE, Miguel Augusto Fonseca, encaminhou no último dia 29 de abril o ofício 1.895/GDG a Fenajufe confirmando o direito da Federação de participar dos debates sobre o Concurso Nacional de Remoção na Justiça Eleitoral. No documento, o diretor geral afirma que “não há óbice na participação da Fenajufe no processo de elaboração do concurso nacional de remoção, cuja regulamentação encontra-se em fase de estudo neste Tribunal, com a colaboração dos tribunais regionais eleitorais”.

O ofício, assinado por Fon-

seca, foi em resposta a um requerimento protocolado pela Fenajufe no TSE, no dia 3 de abril, reivindicando a sua participação nos debates sobre a remoção na Justiça Eleitoral. A secretária de Gestão de Pessoas do TSE, Ana Cláudia Braga, informou na terça-feira, 5 de maio, que ainda não há previsão para a reunião que tratará do Concurso Nacional de Remoção na JE, mas garantiu que assim que a data for confirmada enviará comunicado. É solicitado que todos os sindicatos filiados encaminhem propostas e sugestões para subsidiar a Fenajufe neste processo. As propostas serão aguardadas até o dia até o dia 13 de maio.





Edital do concurso nacional de remoção da JF deve sair em agosto

A Secretaria de Recursos Humanos do Conselho da Justiça Federal (CJF) informou ao coordenador da Fenajufe Zé Oliveira, no dia 27 de abril, que o edital do Concurso Nacional de Remoção na Justiça Federal deve ser publicado em agosto e o processo finalizado em dezembro deste ano. O objetivo das datas escolhidas é dar tempo para que os servidores contemplados pelo concurso possam se organizar para mudar de cidade antes do início do ano que vem.

De acordo com a Resolução 574/2007, que regulamentou o concurso na JF de primeiro e segundo graus e do CJF, nos moldes do PCS3, as

inscrições são em março e a remoção é efetuada em agosto. Pela proposta da equipe do Sistema Nacional de Remoção (Sinar), as inscrições passarão a ser em agosto e a remoção em dezembro.

Na avaliação do CJF, a remoção em dezembro facilitará a mudança do servidor por ser em período de encerramento de ano letivo. E também, com o recesso, o servidor terá mais tempo para se organizar. Zé Oliveira, da Fenajufe, garante que a federação acompanhará todo o processo referente ao Concurso Nacional de Remoção na Justiça Federal para que a decisão final do CJF atenda aos interesses dos servidores.

Sindicato cobra de TRT detalhes sobre dívidas com servidores

O Sisejufe protocolou, no dia 7 de abril, o ofício em que pede ao presidente do TRT, desembargador Aloysio Santos, que disponibilize na página eletrônica do tribunal relatório com os valores devidos a cada filiado, esclarecendo qual o montante global dos passivos existentes, quanto foi pago e se houve incidência de juros de mora e de correção monetária, bem como forneça o referido documento ao sindicato, em caráter de urgência. No decorrer dos últimos anos, vários direitos foram reconhecidos aos servidores, sem que os passivos derivados tenham sido satisfeitos integralmente até o momento, entre eles:

(1) Incorporação de quintos até a vigência da MP 2.225-45/2001;

(2) Reajuste de 11,98%;
(3) Adicional de qualificação;
(4) Reenquadramento do artigo 22 da Lei 11.416/2006.

Ocorre que o estado de incerteza produzido nos servidores, ocasionado pelo desconhecimento do que é devido exatamente, cria uma situação comprometedor da segurança/confiabilidade jurídicas e do princípio da publicidade. No documento, o sindicato lembra que a iniciativa foi acertada na primeira reunião do novo presidente do TRT com a diretoria do Sisejufe – o que demarcaria uma nova era no gerenciamento da instituição e na relação com os trabalhadores do Poder Judiciário da União.

Sisejufe protocola denúncia no TCU para nomeação imediata dos aprovados para Analista Judiciário do TRT

O Sisejufe protocolou denúncia no Tribunal de Contas da União (TCU), demonstrando o desrespeito à legalidade patrocinado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região, que até o momento não nomeou os candidatos aprovados para Analista Judiciário/Área Administrativa, para as vagas criadas expressamente pela Lei 11.887/2005. A demanda envolve, ao menos, 39 cargos de Analista Judiciário da Área Administrativa, que não podem ter sua destinação alterada por atos administrativos do TRT. O Tribunal já está em mora quanto a 60% dessas vagas, pois a Lei 11.887 determinou que fossem providas até o final de dezembro de

2008, assim como o restante a partir de janeiro de 2009. Na denúncia, o sindicato requereu o afastamento de quaisquer restrições para a imediata nomeação, posse e exercício, bem como a determinação de nomeação para todos os cargos, aproveitando-se os aprovados no concurso mediado pelo Edital 1/2008, pois esses candidatos possuem direito adquirido à nomeação. O processo recebeu o número de protocolo 0000439802725 e aguarda a designação do relator, que apreciará o pedido de medida cautelar e pedirá informações à Secretaria de Controle Externo do Rio de Janeiro (SECEX/RJ).

Oficiais de justiça não podem acumular diárias e indenização de transporte

Os oficiais de justiça não podem acumular indenização de transporte e diária em diligências fora do seu domicílio. Um pedido da Federação Nacional de Associações de Oficiais de Justiça Avaliadores neste sentido foi indeferido pelo Conselho da Justiça Federal (CJF) no dia 29 de abril. A decisão do colegiado ocorreu em sessão presidida pelo ministro Cesar Asfor Rocha. Para a relatora, desembargadora Silvia Goraieb, a indenização de transporte recebida pelos oficiais de justiça para sua locomoção durante a execução de mandados deve ser excluída quando o servidor receber diária destinada a despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana em serviços externos. Segundo a conselheira, o critério está definido na Resolução 4/2008 do CJF, no Artigo 55,

parágrafo 2º. O CJF também indeferiu o pedido do Sisejufe em relação à aplicação da Gratificação de Atividade Externa (GAE), concedida aos oficiais de justiça, sobre o maior vencimento. Segundo a desembargadora Silvia Goraieb, a GAE, a exemplo das demais gratificações recebidas pelos servidores, como a Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ) e a Gratificação de Atividade de Segurança (GAS), é fixada em valor incidente sobre o vencimento básico. Silvia explicou que a base de cálculo é definida no Artigo 16 da Lei 11.416/2006, motivo pelo qual a pretensão do sindicato não pode ser atendida. A relatora indeferiu, ainda, o pedido de manutenção da função comissionada (FC5) após dezembro de 2008 aos oficiais de justiça avaliadores federais que ocupam os níveis referenciais.

Um Fórum Trabalhista que cai aos pedaços

Textos e fotos
Henri Figueiredo*

Fiação exposta e rede elétrica sobrecarregada, placas do forro caindo sobre a cabeça das pessoas, infiltrações e um elevador que não funciona há dois anos. Eis a situação das instalações do Fórum Trabalhista de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Enquanto a administração do TRT não encontra um novo prédio para abrigar as seis Varas do Trabalho no município, a cada mês mais de R\$ 30 mil são gastos no aluguel do imóvel. Na tarde de 17 de abril, o diretor do Sisejufe Roberto Ponciano voltou ao local para ouvir os servidores sobre as precárias condições de trabalho e informar que o sindicato obteve do novo presidente do tribunal, desembargador Aloysio Santos, o compromisso de resolver logo os problemas mais graves – entre eles o conserto do elevador.

A técnica judiciária Leila Peluzio relata que, no início de abril, uma gestante caiu na escada entre o terceiro e o quarto andar – a rampa só alcança o segundo andar do prédio. “Ainda que bem tudo cor-

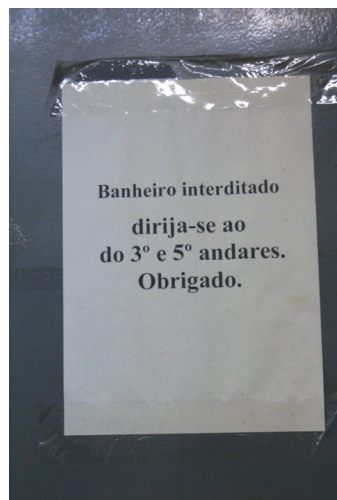
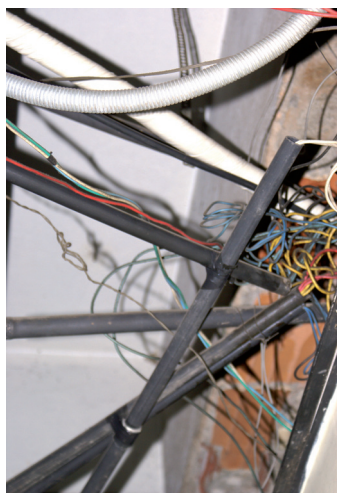
reu bem com o bebê”, comenta Lúcia. De acordo com a servidora, é comum que magistrados tenham de descer até o térreo quando uma das partes não consegue subir as escadas. O diretor de secretaria da 1ª Vara, George Henrique Barbosa Moreira, diz que o principal problema enfrentado hoje para a prestação jurisdicional é justamente a infraestrutura precária. “Estamos aqui desde 1993. Na época, o prédio atendia as necessidades, mas hoje não mais. Daquele ano para cá, muita coisa mudou: a Central de Mandados, o protocolo integrado, a zeladoria e todo o equipamento de informática. Os disjuntores aquecem e, às vezes, desarmam”, enumera Moreira.

Outro problema apontado por George Henrique Moreira é o déficit de servidores: “Hoje a distribuição em Nova Iguaçu é, em média, 30 % maior que a do Rio de Janeiro”. O mesmo problema é apontado por Robson Barreto Araújo, diretor da 4ª Vara: “O restabelecimento da resolução 53 poderia nos desafogar um pouco. Precisamos mais pessoal”.

*Da Redação



Acima, o prédio alugado que abriga seis Varas Trabalhistas, em Nova Iguaçu. Abaixo, a fiação exposta; um dos avisos de áreas interditadas; baldes sob ar-condicionados para não molhar a escada; e o que sobrou do forro na entrada do Fórum.



Notificação dos Bombeiros e contraste com a Justiça Federal

O Corpo de Bombeiros do Nova Iguaçu já notificou o TRT sobre a falta de condições do prédio, depois de vistoria realizada em novembro de 2007. E mesmo a Corregedoria do TST já alertou o TRT para a falta de condições mínimas de segurança para funcionar, com base em laudo do Corpo de Bombeiros. O TST alertou para risco de sinistro de “graves proporções”, inclusive com “possibilidade de ocorrência de mortes no local por falta de segurança”.

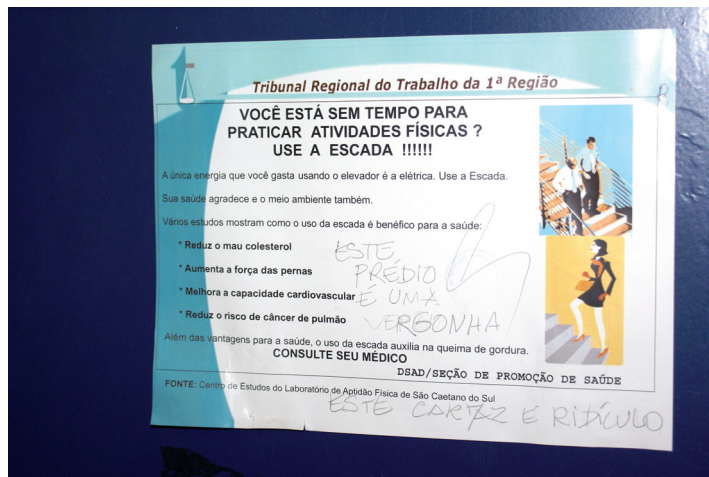
O contraste entre as condições de infraestrutura do Fórum Trabalhista e da Justiça Federal de Nova Iguaçu é gritante. A começar pela fachada do prédio. Desde 19 de abril de 2006, a maior cidade da Baixada Fluminense conta com Juizados Especiais Federais (JEF) para julgar processos que tenham como parte a União Federal, suas au-

tarquias, fundações e empresas públicas. Nos JEF eletrônicos todas as peças processuais, da petição inicial à sentença, são digitalizadas e ficam disponíveis para consulta imediatamente na página da JF, eliminando o processo em papel e simplificando os procedimentos.

De acordo com o diretor do Sisejufe, Roberto Ponciano, o contraste prova que, devido ao período de tempo que os problemas existem no Fórum Trabalhista, “não é uma simples questão de não se encontrar um local adequado”. “O problema foi, na verdade, a falta de interesse de sucessivas administrações do TRT em resolver o problema. Vamos pressionar para que a nova administração cumpra o prometido e crie condições decentes de trabalho para os servidores”, diz Ponciano.



O prédio da Justiça Federal, acima, mostra que é possível administrar pensando no bem-estar dos servidores e dos jurisdicionados. Ao lado, o analista judiciário Anderson Rodrigues Gomes, do 2º JEF, trabalha num processo virtual. Abaixo, o acúmulo de papel numa Vara Trabalhista e a proposta indecente na porta do elevador quebrado.



Gestão sólida e transparente

João Mac-Cormick*

Pelo segundo ano consecutivo, a categoria dos servidores do Judiciário Federal no Rio de Janeiro aprovou de forma unânime as contas e o planejamento financeiro do Sisejufe. Como anunciado na edição nº 17 do jornal Contraponto, apresentamos aqui – para o universo da categoria – não apenas a prestação de contas detalhada como também o histórico financeiro das rubricas mais significativas. Diferentemente de associações de classe e de alguns sindicatos, que chegam a ter mais de R\$ 450 mil na rubrica “Despesas Gerais”, na atual gestão do Sisejufe esta rubrica foi extinta em função do necessário detalhamento contábil que apresentamos aos nossos sindicalizados. É importante lembrar, também, que pela primeira vez o Sisejufe conta com um Conselho Fiscal em pleno funcionamento – como prevê o estatuto.

Em função das conquistas políticas (aumento salarial, denúncias de assédio moral, deferimentos administrativos etc.), da eficácia da assessoria jurídica, do papel da imprensa sindical e do investimento em formação, cultura e convênios, o Sisejufe é hoje, dentro do Judiciário Federal, o sindicato com maior crescimento percentual de filiados.

Em 2008, aconteceu a nossa eleição de diretoria e de representantes sindicais de base. Foi um processo que envolveu cerca de 150 pessoas e teve uma organização exemplar – que mereceu elogios inclusive dos nossos adversários. Estavam aptos a votar 3.777 sindicalizados em 45 urnas, sendo 11 eletrônicas, 3 fixas, 12 itinerantes e 19 híbridas. A título de comparação, na eleição anterior, em 2005, foram apenas 21 urnas. Pela primeira vez, o quórum estatutário foi atingido nos primeiros dias de votação, com a participação de 60% dos aptos a votar. Todo o processo eleitoral, que implica em investimento financeiro, representou cerca de 3,5% do orçamento de 2008 do sindicato.

No exercício passado, o sindicato intensificou a promoção de cursos de formação, muitos deles válidos para o Adicional de Qualificação, além de ter promovido seminários e reuniões setoriais no interior relacionados ao Plano de Carreira. Também houve a reforma da antiga sede da Rua Senador Dantas – hoje um novo espaço melhor estruturado para abrigar reuniões, cursos e eventos. Por isso, a rubrica “Curso, evento, seminário” passa de 4,3% em 2007 a 7,6% em 2008.

*Diretor do Sisejufe. Membro do Departamento de Administração e Finanças.

Rubrica	2007	% do orçam.	2008	% do orçam.	Varição nominal
Resultado acumulado do exercício	1.070.353,08		1.143.966,48		3,8%
Saldo da conta Ativo Permanente	1.027.556,56		1.110.767,88		11,3%
Orçamento	2.007.663,10		2.362.662,02		
Receita do exercício	1.944.906,71		2.162.192,06		11,2%
Despesa do exercício	1.687.117,73		2.088.578,66		23,8%
Resultado do exercício	257.788,98		73.613,40		
Mensalidade, apoio	197.456,76	9,8%	264.592,27	11,2%	34,0%
Curso, evento, seminário	85.595,55	4,3%	180.183,60	7,6%	110,5%
Jornal, revista, publicação, gráfica	165.555,66	8,2%	175.724,08	7,4%	6,1%
Correio, malote, fotocópia, cartório	62.398,32	3,1%	107.821,48	4,6%	72,8%
Taxa, imposto, condomínio, seguro	89.589,07	4,5%	69.259,93	2,9%	-22,7%
Manutenção, material de consumo	93.598,08	4,7%	121.305,30	5,1%	29,6%
Telefone	74.057,60	3,7%	84.520,78	3,6%	14,1%
Viagem, locomoção, hospedagem	146.532,08	7,3%	179.385,93	7,6%	22,4%
Congresso, plenária, eleição	87.200,93	4,3%	82.483,82	3,5%	-5,4%
Despesas gerais	1.027,42	0,1%			-100,0%
Salário	245.906,81	12,2%	286.722,17	12,1%	16,6%
Hora extraordinária	6.321,78	0,3%	13.398,96	0,6%	111,9%
Vale alimentação	72.064,60	3,6%	95.973,81	4,1%	33,2%
Demais encargos de pessoal	180.115,73	9,0%	186.770,51	7,9%	3,7%
Serviços de PF e PJ	179.697,34	9,0%	240.436,02	10,2%	33,8%



Assembleia de 25 de março: contas de 2008 e planejamento de 2009 tiveram aprovação unânime de mais de 60 sindicalizados

Idéias EM REVISTA
Revista bimestral do Sindicato dos Servidores
da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro
ANO III - Nº 22 - Julho e Agosto de 2009

2008
Ano de decidir
para aonde vamos

TRT
Regulamentada
jornada de 7 horas

Fórum Social Mundial
Rio promove o maior
encontro do país

Em 2008, o Sisejufe modificou a periodicidade de seus veículos de imprensa sindical. Atualmente, a cada 15 dias, em média, o servidor recebe uma de nossas publicações: o boletim informativo Fique por Dentro, o jornal Contraponto ou esta Ideias em Revista. A revista, de mensal, tornou-se bimestral e o boletim, que sempre teve uma periodicidade intermitente, passou a circular todo mês. Os investimentos em comunicação atraem sindicalizados e fortalecem a luta política da categoria. Na concepção do Sisejufe, a imprensa sindical se situa num campo alternativo e muitas vezes de contraposição à “agenda setting” dos grandes veículos de comunicação e, por isso, deve estabelecer conexões entre os movimentos sociais, sindicais e políticos. A rubrica relacionada aos investimentos em imprensa sindical caiu de 8,2% do orçamento do sindicato, em 2007, para 7,4% em 2008. Em 2009, o sindicato prepara a nova página de Internet para dinamizar a troca de informações com a categoria.

Idéias EM REVISTA
Revista bimestral do Sindicato dos Servidores
da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro
ANO III - Nº 22 - Julho e Agosto de 2009

Testada e aprovada

A Chapa 1 – MAIS Sisejufe
vence as eleições com 62,68%
dos votos válidos
Páginas 2 e 13

Leia também

Os 10 mitos
sobre as cotas
nas universidades
Página central

Presidente da Aepet
fala do petróleo
brasileiro
Páginas 28 e 29

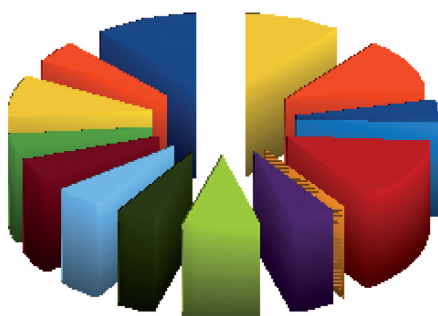
A Europa se fecha
e cria “campos de
concentração”
Páginas 34 e 35

Idéias entrevista
Nilze Carvalho
Páginas 22 e 25

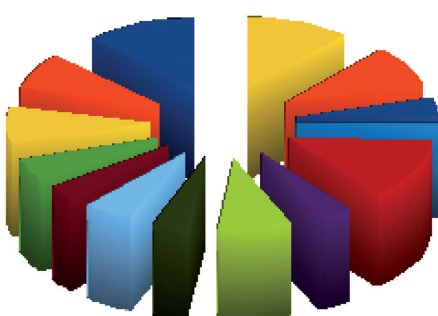
Evo Morales e a
derrota da direita
Páginas 30 e 31

PL criminaliza
uso da Internet
Páginas 36 e 37

Rubricas de 2007



Rubricas de 2008



- Mensalidade, apoio
- Curso, evento, seminário
- Jornal, revista, publicação, gráfica
- Correio, malote, fotocópia, car-
- Taxa, imposto, condomínio, segu-
- Manutenção, material de consumo
- Telefone
- Viagem, locomoção, hospedagem
- Congresso, plenária, eleição
- Despesas gerais
- Salário
- Hora extraordinária
- Vale alimentação
- Demais encargos de pessoal
- Serviços de PF e PJ

Foco no equilíbrio contábil

Na Assembleia de Prestação de Contas de 25 de março de 2009, a atual gestão do Sisejufe apontou a necessidade de redução do investimento em determinadas rubricas, como “Telefone”. Esse item, que em 2005 ocupava 5,4% do orçamento, em 2006 diminuiu para 3,5% e permaneceu estável nos anos subsequentes (3,7% em 2007 e 3,6% em 2008). Ainda assim, a direção do sindicato propôs reduzir o percentual para 2% do orçamento de 2009. Alguns sindicalizados consideraram a queda muito brusca, o que poderia inclusive prejudicar às lutas atuais e, após debates, se chegou ao consenso

de 2,4%. Outro exemplo, foi a proposta de redução do uso de táxi. Em 2007, esta conta correspondeu a 2,3% do orçamento. Em 2008 ficou estável, chegando a 2,2%. Na Assembleia de Prestação de Contas, a atual gestão se comprometeu em reduzir o percentual utilizado nesta conta. Por outro lado, o sindicato prevê que ficará com mais R\$ 9 mil em caixa, no exercício de 2009, em função da extinção da CPMF.

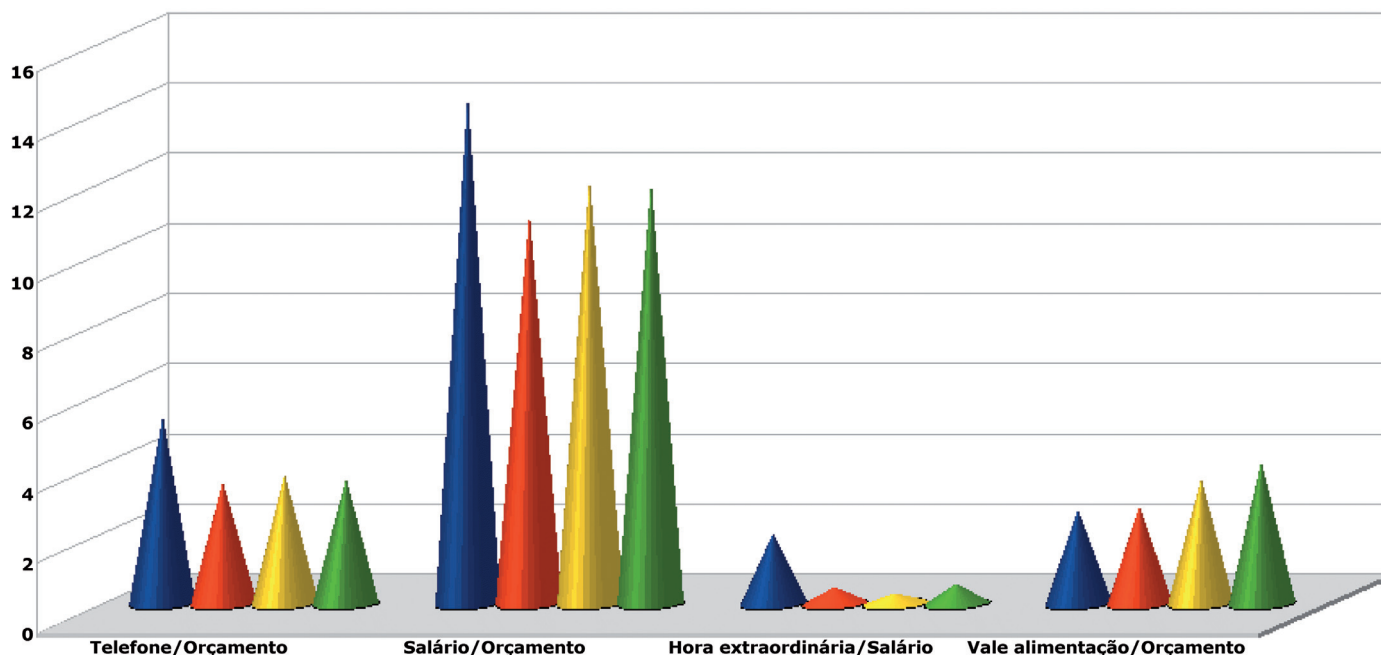
Em 2005, a conta “Hora extra” correspondia a 2% da conta “Salário”. Em 2007, conseguimos reduzi-la para 0,3%. Em 2008,

em virtude da eleição para a diretoria e o Conselho de Representantes, a conta dobrou, passando para 0,6%. Os funcionários do sindicato coordenaram a máquina do processo eleitoral, assim como é na Justiça Eleitoral. Assim, ficam justificadas as horas extras. Já em relação ao “Vale alimentação”, em 2005 a conta correspondia a 2,7%. Nos anos subsequentes houve um aumento gradual até chegar, em 2008, a 4,1%. Isso ocorreu devido a uma decisão da diretoria de pagar aos funcionários do Sisejufe o tíquete no menor valor pago entre os tribunais – hoje, o TRT.

Rubrica	2004	2005	2006	2007	2008	% 2005/2004	% 2006/2005	% 2007/2006	% 2008/2007	% 2007/2004	% 2008/2005
Curso, evento, seminário	2.983,36	88.287,45	40.604,29	85.595,55	180.183,60	2859,3%	-54,0%	110,8%	110,5%	2769,1%	104,1%
Jornal, revista, publicação, gráfica	25.914,52	64.765,00	86.516,20	165.555,66	175.724,08	233,9%	33,6%	91,4%	6,1%	538,9%	171,3%
Correio, malote	53.443,28	71.589,96	36.660,29	50.612,48	88.189,90	34,0%	-48,8%	38,1%	74,2%	-5,3%	23,2%
Salário	128.262,66	204.425,70	199.284,03	245.906,81	286.722,17	59,4%	-2,5%	23,4%	16,6%	91,7%	40,3%
Hora extraordinária	2.408,01	28.165,42	9.106,69	6.321,78	13.398,96	1069,7%	-67,7%	-30,6%	111,9%	162,5%	-52,4%
Minutos necessários	8	58	19	11	20						
Vale alimentação	28.815,88	38.024,26	46.617,34	72.064,60	95.973,81	32,0%	22,6%	54,6%	33,2%	150,1%	152,4%
Vale alimentação/Salário	22,5%	18,6%	23,4%	29,3%	33,5%						
Valor unitário do vale alimentação	180,00	230,00	330,00	396,00	450,00	27,8%	43,5%	20,0%	13,6%	120,0%	95,7%

Algumas contas	2005	%	2007	%	2008	%
Orçamento	1.398.061,23		2.007.663,10		2.362.662,02	
CPMF	1.172,62	0,1%	7.769,86	0,4%	60,83	0,0%
Eventos	73.456,45	5,3%	53.103,73	2,6%	108.264,63	4,6%
Telefone	75.262,19	5,4%	74.057,60	3,7%	84.520,78	3,6%
Despesas gerais	13.934,92	1,0%	1.027,42	0,1%	0,00	0,0%

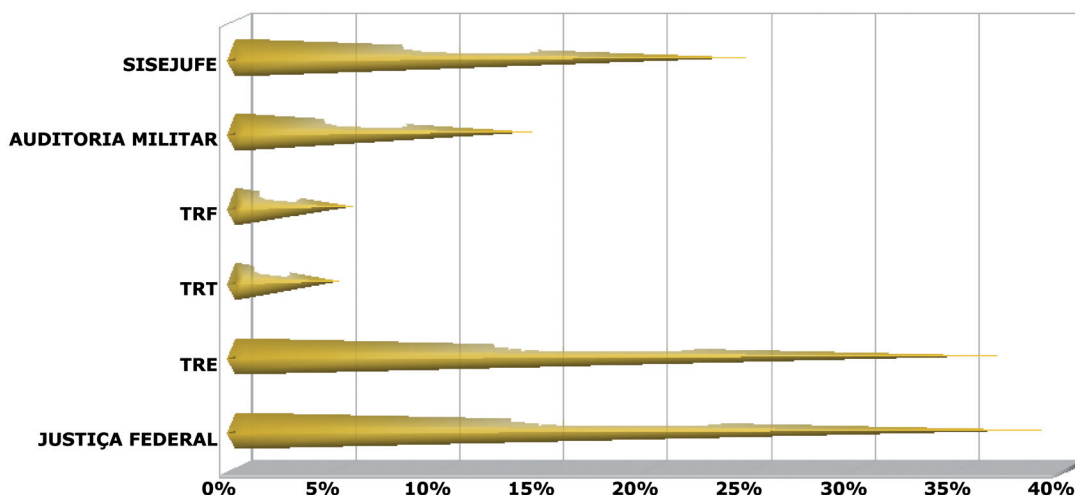
Evolução do percentual das contas entre 2005 e 2008



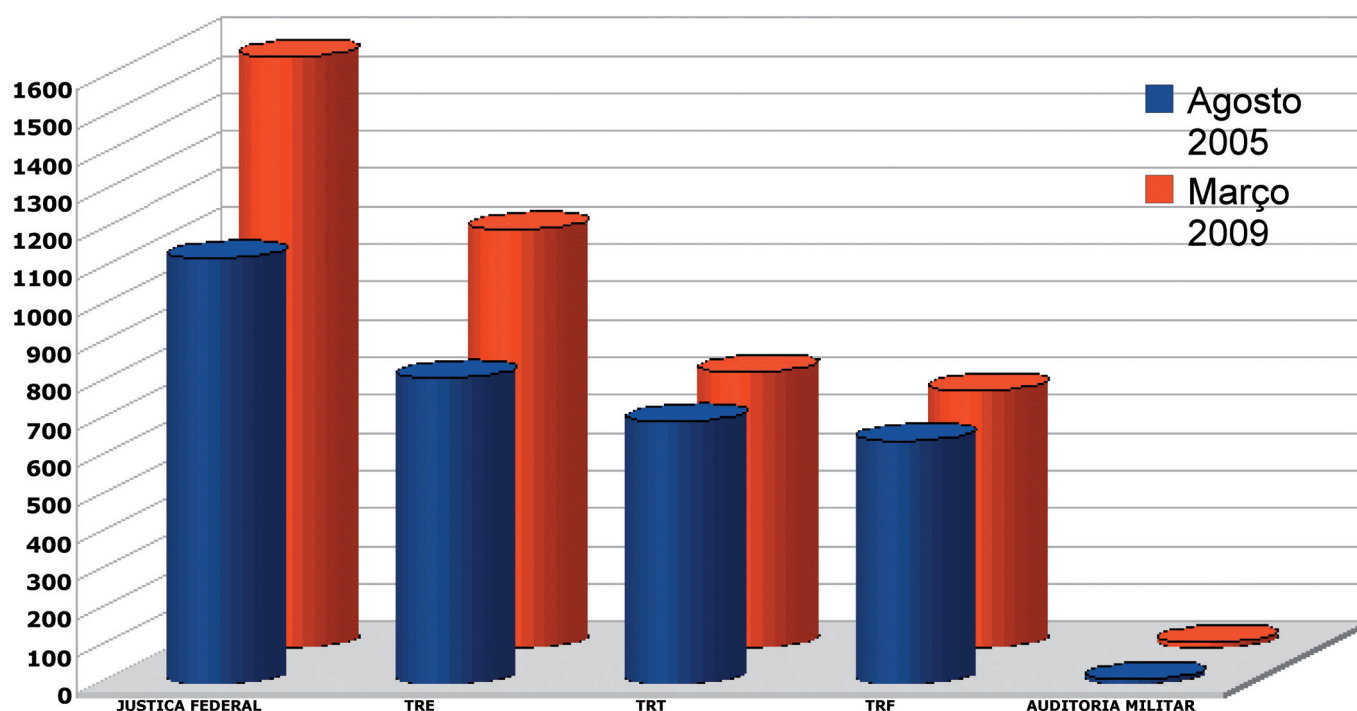
Sindicalização	Agosto 2005		Março 2009		Crescimento
AUDITORIA MILITAR	14	0,4%	16	0,4%	14,3%
JUSTIÇA FEDERAL	1129	34,2%	1567	38,1%	38,8%
TRE	812	24,6%	1110	27,0%	36,7%
TRF	646	19,6%	683	16,6%	5,7%
TRT	697	21,1%	732	17,8%	5,0%
SISEJUFE	3298		4108		24,6%

Em função das conquistas políticas (aumento salarial, denúncias de assédio moral, deferimentos administrativos etc.), da eficácia da assessoria jurídica, do papel da imprensa sindical e do investimento em formação, cultura e convênios, o Sisejufe é hoje, dentro do Judiciário Federal, o sindicato com maior crescimento percentual de filiados.

Crescimento percentual de sindicalizados



Quantidade de sindicalizados Consignação em folha



A luz fluorescente

Marlene de Lima*

Na saída do consultório, Evinha quis saber: “Você vai voltar para o trabalho, Hebe?”
 “Não. Vamos conversar em casa, sua sonsa.”

Tinham perdido os pais num acidente de carro. Com o salário da Prefeitura e a pensão do INSS, Hebe sustentava a pequena família.

Beto chegou do colégio e não entendeu a truculência da irmã mais velha.

“O que foi, Hebe? Ela torrou o dinheiro da mesada?” – Perguntou sorrindo.

“Rindo de que, seu merda?”

“Eu, hein. Nem sei o que tá rolando.”

“Pois saiba e diga se tem graça.”

Sentado no carpete, Beto tirava os tênis.

“Sabia que esta burra deu pro primeiro que apareceu?”

“Transou? Que é que tem de mais?”

“Você vai ser titio, sabia? Três meses!”

– Brandiu três dedos reforçando o numeral.

Ele se levantou e fez um afago de pai nos cabelos da caçula. “Ô, Evinha, como foi entrar nessa?”

Evinha, chorando, descontou em Hebe: “Vai dizer que você não transa.”

“Sou mais velha e namoro João há um ano. Você é uma boba. A prova está aí. Falar nisso, quem é o pai?” – Berrou.

A culpada correu para o quarto e fechou a porta.

Beto interveio: “Deixa ela. Depois a gente descobre.”

Dias de arranca-rabos no apartamento. Evinha se fechava às argumentações tipo “eu posso ir falar com a mãe dele”, “já pensou, sem nome de pai?”

A outra desistiu. “Converse com ela, Beto.”

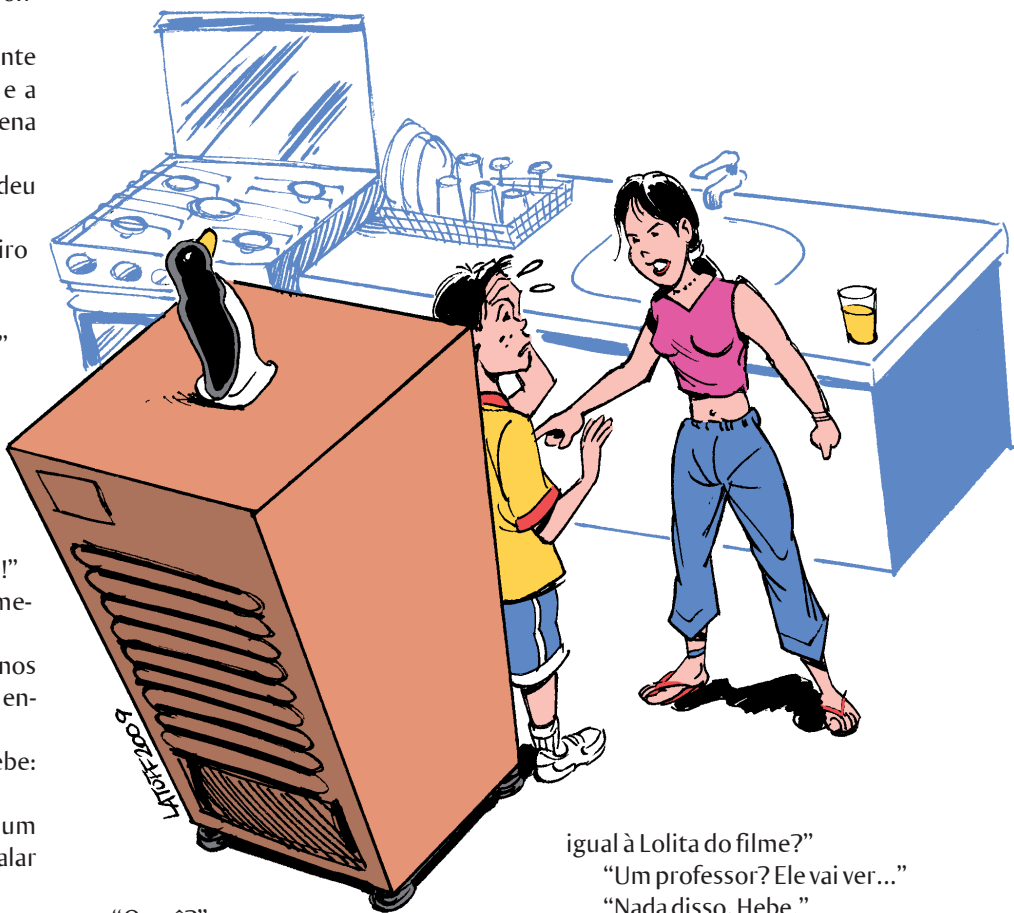
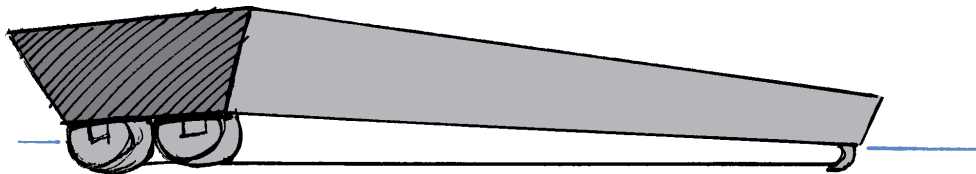
“Vai ver, nem sabe de quem é.”

Quase levou um tapa. “Não seja safado. Sua irmã é muito nova.”

“Já viu um filme chamado ‘Lolita’?”

“A menina que seduz um homem mais velho. E daí?”

“Bem, a Evinha só tem quinze. E se ela for como a Lolita?”



“O quê?”

“Pode ser uma ni...li...lin...linfeta.”

“Nin, ignorante, nin. Ninfeta. Besteira. Leve um papo com a Evinha, tá? Saíam, tomem sorvete. De noite a gente se fala.”

A luz fluorescente da cozinha ressaltava a palidez de Beto, seu bigode incipiente, um começo de barba. Tomava um suco devagar, acuado pelo olhar de Hebe. Ela chegou bem perto e perguntou, num estalo: “E então, Evinha falou?”

Ele calado. A irmã tomou-lhe o copo. “Como é, falou?”

“É...fa-falou.”

“Ótimo. E o nome dele? É da mesma turma?”

O garoto se apoiou na lateral da geladeira. “Eu não disse que a Evinha podia ser

igual à Lolita do filme?”

“Um professor? Ele vai ver...”

“Nada disso, Hebe.”

“Diz logo o nome do sem-vergonha.”

“Olhe, é o João, Hebe.”

“João? João de quê?”

“O João, teu namorado.”

A noiva sorria num modelito rosa, que não escondia a barriga. No cartório, apenas Beto e alguns amigos dos noivos.

Meses depois, Evinha, com cara de arrependida, procurou a irmã. “O João não teve culpa. Dei em cima dele. No trabalho, em casa, na praia, acabou acontecendo. Me perdoe, Hebe.”

No final, Evinha e João estão separados. Beto faz psicologia na UERJ. Hebe é advogada e namora um vereador do PT.

*Servidora aposentada do TRT.

Dicas Culturais

Nova turma de Inglês e novo curso de Francês começam em maio

Max Leone*

O mês de maio será de muita atividade na área da formação no Sisejufe. Para os interessados estão abertas as inscrições para o novíssimo Curso de Francês, que começará no dia 22 de maio. O sindicato também dará sequência às aulas do Curso Básico de Inglês com nova turma, a partir de 19 de maio. A mensalidade é paga na primeira aula do mês. O preço de cada curso para servidores sindicalizados é R\$ 30; para dependentes custa,

R\$ 50; e não sindicalizados pagam R\$ 150.

As aulas do curso de Francês serão realizadas na antiga sede do sindicato, na Rua Senador Dantas, 117, sala 1.541, no Centro do Rio. O local foi totalmente reformulado e agora abriga uma moderna sala de aula, toda equipada. Na primeira fase do curso será utilizado o livro *Echange Matier* Volume 1, que pode ser encontrado na Livraria Martins Fontes Editora, com desconto para os alunos da professora Solange Perdigão. O curso de Fran-



cês será às sextas-feiras, das 8h30min às 11h.

A nova turma de Inglês terá aulas às terças e quintas-feiras, das 9h às 10h30min, na sede da Avenida Presidente Vargas, 509/11º andar. Os alunos usarão uma apostila básica do curso inicial, não incluída no custo do curso, cuja fotocópia será cobrada. As aulas serão com a professora Silvana Amorim.

Sindicalize-se e aproveite esta oportunidade de aprimorar

seu currículo. Inscrições pelo telefone 2215-2443, com o funcionário Roberto Marins, ou no endereço eletrônico formacao@sisejufe.org.br. Informações do curso de Inglês no telefone 2215.2443, com a professora e funcionária do Sisejufe Silvana Amorim. Para o curso de Francês, ligue também para 9189-9746, e fale o diretor do sindicato Roberto Ponciano.

*Da Redação.

Oficina de Danças Populares

www.myspace.com/luciosanfilippo



Lucio Sanfilippo

O cantor e compositor Lucio Sanfilippo ministra Oficina de Danças Populares (jongo, coco, ciranda, maracatu, dança de

orixás etc.) aos sábados, das 14h às 16 horas, na Travessa Mosqueira, 21, Centro do Rio (próxima ao Passeio Público). Mensalidade de R\$ 60,00, com promoção para quem entrar com uma ou mais pessoas (R\$ 40,00 cada). Esta promoção se estenderá a sindicalizados do Sisejufe. Vivência da dança, canto, e toque dos atabaques e passagem pela história das manifestações culturais.

Sisejufe e Cremerj discutem restrições de licenças

No dia 15 de abril, às 17h, os diretores do Sisejufe Ricardo Azevedo Soares e Roberto Ponciano reuniram-se com o secretário-geral do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj), Pablo Vazquez Queimadelos. A reunião contou ainda com a presença da assessora jurídica do Cremerj Samantha Aguiar. Na pauta, a restrição das licenças médicas posta em prática pelo Setor Médico da Justiça Federal no Rio de Janeiro. O sindicato levou uma série de questionamentos que foram respondidos na reunião, entre eles se médicos peritos da Justiça Federal podem restringir o período de licença concedido por médico que esteja tratando o servidor e que seja especialista no tratamento daquela doença. De acordo com o Cremerj, o perito pode recusar o atestado somente se houver indícios de falsidade. Não havendo, o período de licença não pode ser restringido, como rezam as disposições do Cremerj.

O sindicato questionou so-



Foto: CREMERJ

Queimadelos: esclarecimentos

bre a obrigatoriedade da indicação do Código Internacional de Doenças (CID) nos atestados médicos. A resposta foi clara: a colocação do CID fere a privacidade do paciente e a ética médica, já que a relação deve ser entre o paciente e o médico encarregado do tratamento da doença sem que outras pessoas sejam informadas ou intervenham. Os diretores do Sisejufe relataram que até o supervisor tem acesso ao laudo médico do paciente. Queimadelos reafirmou que isto é irregular, já que ex-

põe o quadro do paciente a uma pessoa completamente alheia ao tratamento.

Na sequência da reunião, os diretores sindicais perguntaram se era correto a Administração do Setor Médico da Justiça Federal ser dirigida por pessoa que não seja profissional da área de saúde. O secretário-geral do Cremerj respondeu que se a pessoa é responsável por programas de saúde, então, a situação é completamente irregular e que um profissional da área de saúde é quem deveria coordenar o setor.

O Sisejufe requereu que o Cremerj vistorie os Setores Médicos da Justiça Federal da Avenida Venezuela e da Avenida Rio Branco para aferir se estão adequados às exigências de funcionamento para setores de perícia e de pronto-atendimento. Também foi discutida a exigência estabelecida pela Justiça Federal de que os servidores, ainda convalescentes, apresentem o laudo em 48 horas – como se tivessem ficado doentes de pro-

pósito. De acordo com os representantes do Cremerj, tal prática não se coaduna com os cuidados necessários à recuperação do paciente, mas ressaltou que este tipo de regulamentação não é da competência do Cremerj.

Quanto às questões relacionadas a relação médico-médico, com laudos que são rejeitados ou sofrem restrições pelos peritos da JF, Pablo Vazquez Queimadelos sugeriu que o sindicato oficie ao Cremerj. Diante disso, os diretores do Sisejufe informam que colocarão o Departamento Jurídico do sindicato à disposição dos servidores que porventura se sintam prejudicados por restrições dessa natureza. A partir das denúncias dos servidores, o Sisejufe vai oficializar ao Cremerj sobre a restrição das licenças médicas e sobre as condições físicas e de organização de trabalho dos Setores Médicos da Avenida Rio Branco e da Avenida Venezuela.

*Da Redação.

Sindicato moverá ações individuais por vantagens de AQ e progressão funcional

Os servidores que ainda não receberam as vantagens referentes à progressão funcional e ao Adicional de Qualificação (AQ) devem ficar atentos. O Departamento Jurídico do Sisejufe informa que os interessados poderão entrar com ações individuais na Justiça. E conforme o valor do passivo – até 60 salários mínimos (R\$ 27,9 mil) –, e a especificidade dos processos, protocolará o pedido nos Juizados Especiais Federais (JEF),

cujo andamento é mais ágil. “Os servidores que não foram contemplados pelo AQ ou foram contemplados e não tiveram sua dívida anterior paga devem procurar o sindicato, assim como aqueles que tiveram progressão funcional e meses ou anos atrasados não quitados podem vir até o Sisejufe”, explica o diretor Roberto Ponciano.

O diretor afirma que nos casos em que parte de direito já foi reconhecida, a ascensão

efetuada no mês correto, sem pagamento dos anos anteriores, e o AQ pago sem os atrasados, o servidor deve ingressar com ação de cobrança no Juizado Especial Federal.

A ação é individual, o Sisejufe não cobra honorários dos sindicalizados e os não sindicalizados podem se sindicalizar no dia que marcaram a consulta. No caso de AQ não deferidos e das progressões atrasadas não reconhecidas, a ação é

de reconhecimento. Para entrar com ação é preciso que o servidor traga ao sindicato cópia da identidade, do CPF, ato de reconhecimento da progressão e do AQ, ficha ou certidão funcional, último contracheque, contracheques anteriores e posteriores ao reconhecimento da progressão e do AQ e assine uma procuração no Departamento Jurídico para que a entidade possa representar o servidor nesta ação.

Sisejufe cobra do TRT a nomeação de servidores

Na segunda-feira, 27 de abril, o sindicato oficiou ao presidente do TRT, desembargador Aloysio Santos, cobrando a nomeação imediata do restante dos candidatos aprovados no concurso público realizado em 2008, considerando o número de vagas previstas no edital de abertura do concurso, acrescidas daquelas previstas na Lei 11.877/2008, sendo: 10 (dez) vagas de analista judiciário (Área Judiciária) pelo Edital 1/2008 e mais 153 vagas pela Lei 11.877, num total de 163 vagas; 12 (doze) vagas de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais pelo edital 1 e mais 37 pela Lei 11.877, num total de 49 vagas; 8 (oito) vagas de analista judiciário (Área Administrativa) pelo edital e mais 39 vagas pela lei, num total de 47 vagas; e 54 vagas de técnico judiciário pelo edital 1 e mais 431 vagas pela Lei 11.877.

Em 3 de abril de 2008, o TRT publicou o Edital 1 abrindo concurso público para provimento de diversos cargos no tribunal. Realizadas as provas e publicado seu resultado final, foi efetuada a nomeação de vários candidatos aprovados no concurso para ocupar os cargos previstos. Em 19 de dezembro de 2008, foi publicada a Lei 11.877, que dispôs sobre a criação de **660 (seiscentos e sessenta) cargos de provimento efetivo** no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, distribuídos conforme o Anexo I da mencionada Lei, conforme segue:

“Art. 1º Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo I desta Lei.

(...)

O quantitativo para o provimento dos cargos acima mencionados foi expressamente pre-

ANEXO I DA LEI 11.877/2008

LOTAÇÃO DAS VARAS	
Técnico Judiciário 114	Analista Judiciário 114
CARGOS DE ASSISTENTE DE JUIZ SUBSTITUTO	
Técnico Judiciário 134	Analista Judiciário Nenhum
CARGOS DE OFICIAIS DE JUSTIÇA	
Técnico Judiciário Nenhum	Analista Judiciário 37
CARGOS DE PESSOAL DE APOIO AOS OFICIAIS DE JUSTIÇA	
Técnico Judiciário Nenhum	Analista Judiciário Nenhum
LOTAÇÃO IDEAL DAS TURMAS	
Técnico Judiciário 6	Analista Judiciário 2
LOTAÇÃO IDEAL DO GABINETE DOS DESEMBARGADORES	
Técnico Judiciário 86	Analista Judiciário 37
CARGOS PARA A ÁREA ADMINISTRATIVA	
Técnico Judiciário 91	Analista Judiciário 39

visto pela Lei 11.877, conforme se nota abaixo:

“Art. 4º A implementação dos cargos e funções previstos nos Anexos I e II desta Lei será realizada em parcelas sucessivas, observada a seguinte razão: (...)

III - 60% (sessenta por cento), a partir de 1º de janeiro de 2008; e

IV - 100% (cem por cento), a partir de 1º de janeiro de 2009.”

Ocorre que as vagas previstas pela Lei 11.877 devem ser providas pelos candidatos classificados e aprovados no concurso público realizado em 2008, uma vez que tal concurso permanece vigente, conforme se nota da Resolução Administrativa 17/2007 do TRT:

“A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o decidido, por unanimidade, por seu Órgão Especial reunido em Sessão Extraordinária, no dia 23 de agosto de 2007, resolve aprovar as INSTRUÇÕES PARA O CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE CARGOS DE ANALISTA JUDICIÁRIO (ÁREA JUDICIÁRIA, ÁREA ADMINISTRATIVA E ÁREA JUDICIÁRIA – EXECUÇÃO DE MANDADOS) E TÉCNICO JUDICIÁRIO (ÁREA ADMINISTRATIVA) DO QUADRO PERMANENTE DE PESSOAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO.

(...)

1.2 O concurso destina-se ao provimento de cargos vagos, que vierem a vagar ou forem cri-

ados durante o prazo de validade previstos nestas Instruções

Nesse contexto, os candidatos aprovados dentro do número de vagas previstas no edital, bem como na Lei 11.877, possuem direito adquirido à nomeação, posse e exercício nos cargos respectivos, uma vez que o quantitativo de vagas prevista no edital, além do previsto em lei (que possui prazo objetivo para seu preenchimento), vincula a Administração Pública.

Além das vagas previstas em edital, destaque-se que foi determinado ao TRT o preenchimento, a partir de janeiro de 2008, de 396 (trezentos e noventa e seis) cargos efetivos, distribuídos conforme a Lei 11.877, equivalente a 60% da vagas previstas no Anexo I da referida lei, prazo que se esgotou ao final de dezembro de 2008, pois a partir de janeiro de 2009 deveria ser integralizado 100% (atingindo 660 cargos providos), em obediência ao art. 4º, incisos III e IV, da Lei 11.877.

Assim, o Sisejufe solicitou ao presidente do TRT as seguintes providências:

(a) a nomeação do restante dos candidatos aprovados no concurso público realizado em 2008, considerando o número de vagas previstas no edital de abertura do concurso, acrescidas daquelas previstas na Lei 11.877.

(b) a apresentação ao sindicato – e disponibilização na página de internet do TRT – do cronograma para as nomeações restantes dos cargos mencionados, a serem efetuadas no âmbito do TRT.

Imprensa – com informações do Departamento Jurídico.

Quem tem medo das 6 horas?

Roberto Ponciano*

O maior problema para a consecução das 6 horas de trabalho diário, na verdade, é ganhar corações e mentes. Se visualmente cerca de 70% dos trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário são favoráveis à redução da jornada, ainda temos talvez cerca de 30% refratários a esta diminuição. Fora a reação contrária da Associação dos Juizes Federais (Ajufe) e de boa parte dos magistrados e o temor de uma “indignação” forjada na “opinião pública”.

A questão toda é: por que isto ocorre? Para entender, temos de teorizar um pouco. Pode parecer incrível, mas o trabalhador moderno labuta mais tempo do que o escravo e o servo da Idade Média (ainda que em melhores condições). A economia pré-capitalista seguia os ciclos naturais. Não havia trabalho noturno nas lavouras e também não se trabalhava fora das estações de cultivo e colheita, a não ser em trabalhos em que não se exigia toda a mão-de-obra. Em termos de tempo de trabalho as jornadas de 14, 16 e 18 horas diárias são inauguradas com o surgimento da máquina a vapor e da energia elétrica, em suma, com a revolução industrial e o advento do capitalismo. Assim, todo o tempo disponível é refinado em forma de valor, e tudo é medido em termo de valor de compra, não de valor de uso. Enquanto um servo, na gleba, produzia valor de uso ao criar objetos, ou mesmo com a maior parte da produção (que não era organizada de forma predominante a criar excedente), no capitalismo, a agricultura, a indústria e o serviço criam, com seu maquinário moderno e seu potencial de expansão inimaginável, valor de uso/valor de mercado em todo o tempo de trabalho.

Contraditoriamente, a expansão da força produtiva levou a uma exploração do tempo de trabalho antes inimaginável. Quem leu *Germinal*, de Zola, não pense que a obra era uma fantasia senil do escritor, senão a narração realista das condições de trabalho no início da produção industrial. Jornadas aviltantes, o ser humano visto como uma máquina reprodutora de valor. Revoltas, movimentos ludistas (de quebra do maquinário), a organização das primeiras *trade unions* ti-

É o Panopticon, a sociedade da vigilância permanente do presídio imaginado por Bentham e sugerido como arquétipo da moderna sociedade por Foucault. Por isto o controle da loucura, o trabalho nos presídios. Estar desocupado é o grande “crime” da sociedade burguesa. O corpo tem de ser vigiado, controlado, manietado e tratado como permanente engrenagem.

nham como objetivo não só o aumento salarial, mas a questão prioritária da redução da jornada. Gradualmente, as jornadas foram fixadas em 12 e, finalmente, em 10 horas. Dialeticamente, não só os trabalhadores saíram ganhando, mas também os patrões, que enfrentaram menos revoltas, tiveram menos trabalhadores doentes e viram as horas não trabalhadas serem compensadas em termos de produtividade.

O primeiro país a adotar a jornada de 8 horas foi a União Soviética, em 1924. Os países europeus seguiram na esteira, adotando jornadas semelhantes na construção do *welfare state*, o Estado do bem estar social. No Brasil, a jornada de 8 horas diárias, 44 semanais, só foi adotada em 1988!

O interessante neste breve histórico é notar que, contraditoriamente ao alto grau de produtividade auferido pela revolução do maquinário, aumentado centenas de vezes pela revolução científico-tecnológica (toyotismo, robótica e computação), os pensamentos sobre o trabalho remontam ao **creacionismo**, a uma mentalidade bíblica, numa interpretação tacanha, no estilo “ganharás o teu pão com o suor do teu rosto”. Marx, ao fazer a crítica à mentalidade extratora de trabalho da sociedade capitalista industrial observou que aquilo que chamamos “trabalho” é visto como maldição, como algo compulsivo e exterior à vontade humana. E a parte prazerosa do trabalho, na maior parte das vezes, não é vista como tal. A sociedade, então, para ser justa e equilibrada teria de caminhar

para uma organização na qual as pessoas cumpram jornada suficiente para a reprodução da sociedade, e no tempo restante, possam se realizar enquanto indivíduos. Por exemplo, uma sociedade em que, de manhã, a pessoa possa pescar, à tarde frequentar o conservatório de música e, à noite, ler crítica literária – sem que, no entanto, esta pessoa seja pescador, músico ou crítico literário.

Estamos longe disto, nesta sociedade em que o medo e a correria imperam, em que gastamos mais tempo no trânsito do que com nossos filhos, em que ficamos mais tempo no ambiente de trabalho do que com nossos familiares, amores e amigos. E introjetamos uma culpa odiosa por podermos ter ócio, no melhor sentido, o ócio criativo que dá sentido a vida e confronta o homem com a alienação que é, no trabalho, tornar-se parafuso e porca de uma engrenagem.

É o Panopticon, a sociedade da vigilância permanente do presídio imaginado por Bentham e sugerido como arquétipo da moderna sociedade por Foucault. Por isto o controle da loucura, o trabalho nos presídios. Estar desocupado é o grande “crime” da sociedade burguesa. O corpo tem de ser vigiado, controlado, manietado e tratado como permanente engrenagem. Por isto todo este horror, de uma sociedade que não consegue se enxergar. Por isso a repulsa a redução da jornada, ainda que pequena se comparada ao aumento de produtividade. É um medo neurótico.



A jornada no Judiciário

Há 21 anos não há redução de jornada no Brasil. Com a redução de 44 para 40, simples 4 horas, se criariam cerca de 2 milhões de empregos, incrementando a economia, da massa de salário e da circulação de mercadorias que isto implica. No caso concreto do Judiciário Federal, a redução da jornada é uma necessidade dada a informatização do trabalho e o crescimento de doenças ocupacionais como as LER-Dort e as síndromes psíquicas ligadas a um trabalho de extrema responsabilidade e pressão.

A redução da jornada levaria, com os dois turnos de trabalho (possíveis já hoje em dia com a atual quantidade de servidores, como no caso do TRT), a um melhor atendimento ao usuário, ao aumento da produtividade, à diminuição dos gastos com saúde, à melhoria na qualidade de vida dos servidores e à contratação de mais funcionários para o Judiciário, melhorando a máquina pública.

Ao contrário do que se pensa, a quantidade de servidores públicos no Brasil é pequena se comparada a países como Noruega, Suécia, Bélgica, Inglaterra e Finlândia. Em suma, não há contraindicações.

Então, por que o medo da redução da jornada? Quem tem medo das 6 horas? Apenas aqueles que acreditam que o trabalho deve ser regido pelo sofrimento e pela dor. E que temos de viver apenas para trabalhar e morrer sem ter usufruído do sopro de divindade que é nossa breve vida neste planetinha azul chamado Terra.

Então, por que o medo da redução da jornada?

Os que temem são aqueles que acreditam que o trabalho deve ser regido pelo sofrimento e pela dor. E que temos de viver apenas para trabalhar e morrer sem ter usufruído do sopro de divindade que é nossa breve vida neste planetinha azul chamado Terra.

Mantenhamo-nos como Prometeu, com a chama da esperança acesa. E lutemos continuamente pela redução da jornada para podermos ter direito a uma vida melhor.

Não é possível que estejamos tão cansados(as) que o que sobra do nosso tem-

po, o tempo de viver, seja tão ínfimo e, no fundo, sobre menos tempo hoje para simplesmente contemplarmos a natureza do que sobrava aos servos da gleba.

Para terminar, uma pergunta: quantas vezes você contemplou o luar ou o alvorecer nos últimos meses? Ou você está tão ocupado nesta faina trabalho/afazeres domésticos/aperfeiçoamento pessoal/estudo para o trabalho que esqueceu que é ser humano, pó de estrela, e que tem todo o direito a uma vida plena?

*Técnico judiciário e diretor do Sisejufe. Roberto Ponciano também é professor de Letras e mestrando em Filosofia pela Universidade Gama Filho.

Bibliografia

1. Título: A ideologia alemã, Karl Marx e Friedrich Engels, Tradutor(a): Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano, Boitempo Editora, São Paulo, 2007.
2. Teses sobre Feuerbach, Georges Labica, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1990.
3. Microfísica do poder, Michel Foucault, Graal Editores, São Paulo.
4. A Verdade e as formas jurídicas, Michel Foucault, Editora da PUC, Rio de Janeiro, 1990.
5. Crítica à filosofia do direito, Karl Marx, Boitempo Editores, São Paulo, 2007.

Grande Mídia agoniza. Viva a Mídia

Enquanto os jornalões e revistas semanais apostaram na oposição cega e vêm perdendo lucratividade e tiragem, a investigação, opinião e análise sérias estão nos blogs

Textos e fotos
Vinicius Souza*
Maria Eugênia Sá*

A Grande Mídia agoniza em praça pública. Os chamados jornalões como o Jornal do Brasil, O Globo, Folha de S.Paulo e Estadão, além de revistas semanais como Veja, IstoÉ e Época jamais terão novamente o poder e a influência que tiveram ou pensavam ter num passado recente. E as grandes redes de TV como Globo e Bandeirantes devem seguir o mesmo caminho, apesar de sua derrocada ser mais lenta devido aos custos de produção, à capilaridade regional por meio das afiliadas e à penetração que têm nos rincões mais escondidos do Brasil. Para essas, contudo, também é só uma questão de tempo. No lugar dos meios de comunicação tradicionais, surge uma nova, ampla e heterogênea gama de veículos, alguns impressos mas a maioria digital. É a Mídia Alternativa, ou livre. E nesse embate tem sido fundamental a interatividade proporcionada pelos blogs e páginas de internet de entidades, sindicatos, jornalistas, estudantes, profissionais liberais e até donas de casa. As pessoas comuns finalmente têm um megafone virtual e estão juntas construindo o conhecimento e um entendimento melhor sobre o mundo em que vivem.

O ponto de virada foram as últimas eleições presidenciais

em 2006 e o processo se agudiza quanto mais nos aproximamos do pleito de 2010. A Grande Mídia foi aliada de primeira hora e apoiadora destacada do golpe civil-militar de 1964, sendo por isso um dos setores mais beneficiados pela ditadura. Um dos exemplos mais flagrantes é acordo inconstitucional com a estadunidense Time-Life que deu a Roberto Marinho US\$ 6 milhões que lhe permitiram construir a Globo em 1965 e torná-la a mais influente rede de TV do país nos anos seguintes.

Outros acordos, no entanto, foram menos claros, como os retratados pela pesquisadora Beatriz Kushnir no livro “Cães de Guarda – Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988” em que são apresentados casos como o do funcionário da Abril enviado por Victor Civita para treinar os censores em Brasília, e dos bastidores da Folha da Tarde, jornal do mesmo grupo da Folha de S.Paulo que cedia as vans de entrega para transportar presos políticos para sessões de tortura. Com as benesses da ditadura, a Folha se tornou o diário de maior circulação no país. Certamente um agrado para quem, em editorial de 1971, chama o governo militar de “sério, responsável, respeitável e com indiscutível apoio popular”, e mais, que “está levando o Brasil pelos seguros caminhos do desenvolvimento com justiça social”.



Sem paciência: sociedade civil já não tolera as manipulações

Do mito da “isenção” a oposição aberta

Nos anos 1980, com o apoio ao movimento pelas Diretas Já e o discurso de jornalismo “profissional, imparcial e isento”, como se isso fosse possível, a Folha atingiu o seu ápice em tiragem e credibilidade. Navirada da década a Globo mostrou todo o seu poder “elegendo” Fernando Collor de Melo com o debate editado no Jornal Nacional, e ajudando a derrubá-lo inflando os “caras-pintadas”. Mas a decadência viria na sequência. O início do fim foi a conspiração da mídia na criação do “escândalo do mensalão”, até hoje não provado, com o objetivo claro de “sangrar até a morte” o governo Lula. Contudo, apesar das manchetes, dossiês aloprados, não conseguiram eleger seu candidato.

E na esteira dos poucos veículos e blogs que então remavam contra a maré, como a revista Carta Capital e o blog do jornalista Luís Nassif (<http://colunistas.ig.com.br/luis-nassif/>), descobrimos que era possível comprar matérias de capa em revistas do porte e da antiga credibilidade de IstoÉ.

A Veja, então, abriu uma cova sob seus pés, enveredando totalmente para a ficção, os assassinatos de reputação e a falta de qualquer escrupulo ou critério jornalístico, sempre em benefício de acordos comerciais e da oposição cega ao governo. Para não nos alongarmos em exemplos, basta citar os 22 capítu-

dia Livre!

Segundo os números do Instituto Verificador de Circulação (IVC), em fevereiro desse ano as vendas dos dez maiores jornais diários do país caíram 6,45% em relação à fevereiro de 2008. E a queda só não foi maior por causa de jornais mais populares, como o mineiro Super Notícia (R\$ 0,25 e segundo no ranking nacional) cuja circulação caiu “apenas” 3,3%. A tiragem da Folha, com quase 300 mil exemplares por dia, por exemplo, caiu 6,6% no período. O Globo foi além, com queda de 9,3%, mas ainda abaixo do Estadão (-15,3%). Os números globais do IVC, no entanto, mostram que a circulação de jornais no Brasil cresceu 5% em 2008, puxada exclusivamente por veículos fora do ranking dos dez maiores.

los da série “O Caso de Veja” (<http://colunistas.ig.com.br/luisnassif/>), alguns inclusive publicados nessa Ideias em Revista, e com link em cerca de 800 blogs. O problema é que o resto da Grande Mídia embarcou com tudo na onda achando que poderiam vender mais jornal



Nassif: Gilmar é odiado

com oposição a qualquer custo e manchetes cada vez mais sensacionalistas e não com o investimento em jornalismo sério. O resultado tem sido exatamente o inverso. Segundo os números do Instituto Verificador de Circulação (IVC), em fevereiro desse ano as vendas dos dez maiores jornais diários do país caíram 6,45% em relação à fevereiro de 2008. E a queda só não foi maior por causa de jornais mais populares, como o mineiro Super Notícia (R\$ 0,25 e segundo no ranking nacional) cuja circulação caiu “apenas” 3,3%. A tiragem da Folha, com quase 300 mil



Ditabranda: editorial da Folha contra Chávez propôs revisão histórica grotesca e gerou protestos

exemplares por dia, por exemplo, caiu 6,6% no período. O Globo foi além, com queda de 9,3%, mas ainda abaixo do Estadão (-15,3%). Os números globais do IVC, no entanto, mostram que a circulação de jornais no Brasil cresceu 5% em 2008, puxada exclusivamente por veículos fora do ranking dos dez maiores.

Todos os grandes jornais tiveram perdas pesadas de circulação durante toda a última década apesar do aumento da população e da alfabetização. A Folha caiu de uma média diária em 2000 de 429.476 exemplares para 298.352 em março desse ano. O Estadão foi de 391.023 para 217.414; o Diário de S.Paulo de 151.831 para 61.088; e o Jornal da Tarde de 58.504 para 50.433. Nos outros estados acontece o mesmo: O Dia tirava 264.752 em 2001 e hoje não chega a 100 mil exemplares; O Globo caiu de 334.098 em 2000 para 260.869. O Extra caiu menos, de 264.715 para 258.324; assim como o Correio Braziliense (de 61.109 para 52.831). Já o Correio do Povo foi de 217.897 exemplares diários em 2000 para 155.774 em março último.

“Os jornais vêm perdendo tiragem desde o meio da década de 1990, mas até 2006 os colunistas garantiam uma certa pluralidade na mídia que eu chamo de ‘formadora de opinião’, que é fundamentalmente manipuladora, só que isso acabou”, disse Nassif na mesa redonda “A mídia em debate”, promovida pela Agência Carta Maior no último dia 24 de abril. “O exemplo mais claro é que os ‘formadores de opinião’ apostaram todas as suas fichas no Gilmar Mendes como grande figura da oposição e o transformaram em uma unanimidade: o sujeito mais odiado do Brasil”.

Para a Veja, seu ex-herói teve “dia de índio”

De fato, apesar da Globo ter tentado manipular os telespectadores contra o ministro Joaquim Barbosa, o vídeo da discussão entre os dois, amplamente visitado no YouTube, mostra para quem quiser ver as grosserias de Gilmar Mendes com o colega. Apesar disso, no final de semana seguinte apenas a Carta Capital trouxe o assunto na capa. A Veja, que havia dado uma capa elogiosa a Barbosa quando esse qualificou os supostos participantes do mensalão como “quadrilha”, deu uma notinha interna com o preconceituoso título “O dia de índio de Joaquim Barbosa” – tudo a ver com uma editora que tem 30% de suas ações nas mãos do grupo de mídia sul-africano Naspers, que apoiou o *apartheid*.



Merval Pereira, d’O Globo, seguiu a linha de que Barbosa teria “um histórico de desentendimentos com vários outros ministros” e aproveitou para dar a informação de que Mendes tem uma foto de FHC em sua mesa de trabalho. Já Josias de Souza, em seu blog na Folha Online, afirma que Mendes tenta “colocar panos quentes”, mas que Barbosa “é o recordista de processos pendentes de julgamento no STF” e que “na ponta do lápis, já se indisputa com seis colegas”. Mas basta abrir os mais de 700 comentários ao texto original de Josias de Souza sobre o bate-boca

para ver de que lado estão os leitores. Isso se ainda estiverem lá, porque a UOL deletou o link para uma enquete sobre qual juiz tinha razão na discussão assim que viu os resultados esmagadores. Vão às ruas, jornalistas! Ou pelo menos leiam direito o recado da Internet.


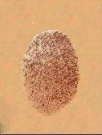
Com a pluralidade e a articulação entre os blogs e portais de análises que surgiram principalmente depois das eleições de 2006, o povo já não engole tão fácil qualquer manipulação. E exige, nas ruas e na Internet, a retratação e o reposicionamento dos veículos. Quando a Folha usou a desculpa de mais um editorial contra o presidente da Venezuela Hugo Chávez para introduzir no Brasil o vocábulo “ditabranda” e depois agrediu dois conceituados professores universitários chamando-os de cínicos e mentirosos por não aceitarem tal revisão histórica, o Movimento dos Sem Mídia convocou uma protesto em frente ao jornal. A notícia correu de blog em blog, sem qualquer divulgação mais organizada. Em uma manhã chuvosa de sábado, mais de 500 pessoas compareceram ao local, obrigando a direção da Folha a voltar atrás e afirmar em nota assinada pela redação que foi “um erro” utilizar a expressão “ditabranda”. Mas, infelizmente, o jornal não se emendou.

*Jornalistas, fotógrafos e documentaristas independentes. <http://mediaquatro.sites.uol.com.br>

A “terrorista” e o dignitário

LINHARES		TERRORISTA/ASSALTANTE DE BANCOS	
Sobrenome		Número do artigo	00297
DILMA VANA ROUSSEFF LINHARES		ESTELA	
Nome		Alcunha	POLEGAR DIREITO
			
Outros nomes: LUIZA; PATRICIA; VANDA			
Assinaturas:			
Filiação: Pedro Rousseff e Dilma Rousseff			
Endereço: Av. João Pinheiro, 85 apto. 1001			
Naturalidade: Belo Horizonte - MG		Data Nasc.: 14/12/47	
Profissão: Desconhecida		Est. civil: Casado (Lobato?)	
Atividade:			
1967 - militante da Política Operária (POLOP), MG			
06/10/68 - assalto ao BANESPA, Rua Iguatemi, NCRS 80 mil			
12/10/68 - planejamento assassinato Cap. Charles R. Chandler (?)			
11/12/68 - assalto à casa de Armas Diana, R. do Seminário, 48 armas			
27/04/69 - Comando de Libertação Nacional (COLINA)			
24/01/69 - Assalto ao 4º RI Quitaúna, Osasco - SP: 63 FAL. 3 INA. 4 cunhetes munição			
18/07/69 - Assalto casa Gov. Ademar de Barros			
01/08/68 - assalto ao Banco Mercantil de São Paulo			
27/09/69 - Congresso VAR Palmares (Teretópolis)			
20/09/69 - assalto ao quartel da Força Pública, Barro Branco (cont.)			

No último dia 5 de abril, a Folha novamente tenta manipular seus leitores com uma “revisão histórica”. Em matéria de capa com o objetivo claro de torpedear a futura candidatura presidencial da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, o jornal deturpou uma entrevista dada pelo antigo dirigente militar da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR Palmares) para afirmar em manchete que “Grupo de Dilma planejou sequestro de Delfim em 1969”. Pior, o jornal publicou também na primeira página o que seria uma “ficha policial” da ministra que teria sido fornecida pelos arquivos do Dops com os crimes a ela atribuídos. Grosseira manipulação. Como é também, aliás e a propósito, a ficha ao lado – do governador José Serra. Esta, porém, não mereceu capa na “Falha de S. Paulo”.

Chirico		Terrorista da AP	
Sobrenome		Número do artigo	00297
José Serra		Vampiro	
Nome		Alcunha	POLEGAR DIREITO
			
Outros nomes: Vampiro, Serrosferatu, Serráquio			
Assinaturas:			
Filiação: Francesco Serra, Serafina Chirico Serra			
Endereço: Desconhecido			
Naturalidade: São Paulo - SP		Data Nasc.: 19/03/42	
Profissão: Desconhecida		Est. civil: Casado	
Atividade:			
Agitador estudantil, Líder da UNE,			
Membro do grupo terrorista Ação Popular (AP) de orientação Marxista-leninista			
Explosão do Aeroporto de Recife			
Assassinato ("justicamento") de Antônio Lourenço ("Fernando")			
Participação no sequestro do Embaixador Americano Charles B. Elbrick, em apoio ao MR-8			
Branco (cont.)			

Vinicius Souza*
Maria Eugênia Sá*

Imediatamente o entrevistado Antonio Roberto Espinosa desafiou a Folha a publicar (ainda que apenas na versão *online*) a íntegra da entrevista gravada para provar que ele jamais disse que Dilma saberia do tal plano de sequestro, que no final não ocorreu. A negação da própria ministra também ficou escondida no meio do texto interno e suas dúvidas sobre a autenticidade da ficha passaram ao largo. Foram necessários mais 20 dias e muita mobilização na Internet para o que jornal publicasse, novamente sem destaque em uma página interna, que “errou” ao dizer que a ficha pertenceria ao Dops, já que “a imagem” na verdade teria sido enviada “por uma fonte” e que “não poderia provar sua autenticidade”.

A tal ficha é uma fraude tosca produzida provavelmente por antigos torturadores e que cir-

cula na Internet em sites de direita há mais de um ano. A desculpa da Folha é a mesma usada pela Veja há alguns anos para publicar um dossiê forjado por Daniel Dantas para acusar vários membros do governo Lula de possuírem contas ilegais em paraísos fiscais.

Mas se os jornais, revistas e TVs estão perdendo leitores e credibilidade com suas fraudes e manipulações, a quem interessa a publicação desse tipo de matéria? Obviamente à oposição! E a alguns interesses comerciais dentro das “empresas jornalísticas”. Nesse ponto, novamente a Internet e sua vasta rede de colaboradores comuns, gente do povo, tem muito a contribuir.

O amigo Serra

Por meio da Secretaria de Educação, o pré-candidato do PSDB, José Serra, transferiu à Editora Abril, que publica a *Veja*, os endereços residenciais de todos os professores da rede pú-



Foto: Vinicius Souza

Espinosa: entrevista distorcida

blica para que recebessem a revista *Nova Escola*. São 220 mil assinaturas no valor de R\$ 3,7 milhões. Se forem incluídos os exemplares do Guia do Estudante, também da Abril, o custo total aos cofres públicos estaria perto de R\$ 10 milhões somente no segundo semestre de 2008. Esse ano, segundo o contrato 15/014/09/04 publicado no Diário Oficial em 15 de abril, são mais R\$ 12.963.060,72 para

25.702 assinaturas da Revista *Recreio*, também da Abril, por 608 dias.

Mas os jornalões não podiam ficar de fora, por isso estão sendo adquiridas esse mês mais 5.449 assinaturas da Folha de São Paulo e 5.449 assinaturas do Estadão para distribuição em todas as escolas da Rede Estadual de Ensino do Estado de São Paulo, tudo, claro, sem licitação.

Os processos administrativos não trazem o período de assinatura e nem o valor dos contratos. Mas se for pelo valor integral da assinatura anual de cada jornal todos os dias da semana, estamos falando em algo em torno de R\$ 7 milhões. Por outro lado, o Movimento dos Sem Mídia estima que a Folha tenha perdido dois mil assinantes somente durante o episódio da “ditabranda”. Nada mais justo do que o governo de São Paulo recompensar um jornal aliado, certo?

*Jornalistas.

Determinação do TJ-RJ dificulta a vida de cegos

Max Leone*

Os portadores de deficiência visual estão na luta contra uma determinação adotada pela Corregedoria-Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJ-RJ), que entrou em vigor no último mês de abril: o Provimento 12. Com a medida, os deficientes são obrigados a apresentar duas testemunhas para abrir firmas em cartório e se forem reconhecê-las só poderão fazer por autenticidade – ou seja, sempre terão de estar presentes nos cartórios. Para tentar resolver a questão, considerada discriminatória por entidades representativas de deficientes, o presidente do Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos (CBBEC), José Maria Bernardo, e o diretor do Sisejufe e ex-diretor da Associação dos Ex-Alunos do Instituto Benjamin Constant Ricardo de Azevedo Soares vão se reunir com o presidente do TJ, desembargador Luiz Zveiter, no dia 19 de maio, às 12h30min.

“Vamos mostrar ao presidente do TJ que uma pessoa portadora de deficiência visual é capaz de abrir firma sem a necessidade de duas testemunhas. Não somos relativamente incapazes como pretendeu o Provi-



Foto: Henri Figueiredo

Ricardo: Zveiter deve reconsiderar o Provimento 12”, afirma Ricardo Soares – atual coordenador do Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe.

Pelo parágrafo 9º do Artigo 344 do Provimento 12, “em documentos firmados por pessoa portadora de deficiência visual ou relativamente incapaz, o reconhecimento somente poderá ser feito por autenticidade, devendo o tabelião fazer a leitura do documento ao interessado, verificando as condições pessoais para a compreensão do conteúdo, e alertando sobre possíveis fraudes de que possa ser vítima ao assumir a autoria de um escrito”. Já o Parágrafo 7º do Ar-

tigo 345 determina que “quando o interessado for portador de deficiência visual, esta circunstância será anotada na ficha-padrão, sendo colhidas, também, as assinaturas de duas testemunhas, devidamente qualificadas”.

O movimento dos portadores de deficiência visual resolveu procurar o presidente do TJ por um único motivo. O Provimento 12 foi uma medida tomada pelo próprio desembargador Luiz Zveiter, quando ele ainda era o corregedor do tribunal da Justiça estadual, cargo que ocupava desde 2007. Zveiter assumiu a Presidência do Tribunal de Justiça no último 3 de fevereiro. O Provimento 12 foi o último ato dele à frente da Corregedoria-Geral do TJ-RJ. Zveiter substituiu o desembargador José Murta Ribeiro e ocupará a Presidência do TJ pelos próximos dois anos.

“Quando procuramos a Presidência nos disseram que não era sua competência, mas sim da Corregedoria. Mas o antigo corregedor é o atual presidente do tribunal. Então cabe a ele resolver”, avalia Ricardo Soares, do Sisejufe.

Para o diretor sindical, alguns cartórios do Rio chegaram a implementar o Provimento 12 antes



Foto: monitormercantil.com.br

Zveiter: decidiu como corregedor

mesmo dele entrar em vigor e outras repartições não fazem tais exigências. Isso, para Ricardo Soares, mostra que a medida pode provocar transtornos para o cidadão. As associações representativas dos cegos vêm tentando agendar uma audiência no TJ desde o mês de fevereiro. A reunião, finalmente, foi marcada para a segunda quinzena de maio, de acordo com o presidente do CBBEC. Na avaliação de José Maria Bernardo, há uma grande possibilidade de o Provimento 12 vir a ser revogado. “É o que esperamos do presidente do TJ”, diz Bernardo.

*Da Redação.

Opinião

Súmula do STJ vem na contramão das lutas das pessoas com deficiência

Ricardo de Azevedo Soares*

Em 22 de abril, o STJ publicou a súmula 377 de lavra do ministro Arnaldo Esteves Lima, que passa a representar um retrocesso nas conquistas das pessoas com deficiência. Preceitua o entendimento sumular de que os portadores de visão monocular têm direito de concorrerem em concurso público às vagas dos deficientes. O que se conclui é que qualquer pessoa que enxergue de apenas um olho, mesmo que tenha 100% de visão neste

único olho, tem direito às vagas reservadas aos portadores de deficiência. Ora, uma pessoa que tem visão perfeita ou quase perfeita de um olho, mesmo que não enxergue do outro, não enfrenta qualquer dificuldade no seu dia-a-dia, seja laboral, seja de qualquer outra ordem.

O direito das pessoas com deficiência em concurso público está regulado pela Lei 7.853/1989 e pelo decreto 3.298/1999, além da Constituição Federal de 1988, obviamente. O referido decreto explica pormenoriza-

damente que tipo de deficiência pode caracterizar uma pessoa portadora de deficiência e em seu Art. 4º, inciso 3º, define quem é considerado deficiente visual para os fins de concurso público, não dando margem para o entendimento sumular desposado pelo STJ.

As súmulas do STJ ainda não são vinculantes, todavia, servem como orientações importantes para o Judiciário de um modo geral. A sorte é que elas podem cair, como foi o caso recente da 343 também daquela Casa

Judiciária. Não há súmula sobre tal assunto no STF, todavia, já há um julgado da Primeira Turma no sentido favorável aos monolares em sede de recurso de Mandado de Segurança e que teve como relator o ministro Carlos Ayres Britto. Ou seja, o futuro se aproxima de maneira trágica, porém, com muita luta por parte das pessoas com deficiência visual de fato.

*Ricardo é cego e diretor do Sisejufe.

1º de maio em tempos de crise: trabalhadores, uni-vos!

“Os homens fazem a sua própria história, mas não o fazem como querem... a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos.”

Karl Marx

Helder Molina*

O 1º de maio é um dia de luta da classe trabalhadora, um dia de reflexão, mas também de rememoração. Por mais que as classes dominantes, e seus aparelhos de reprodução ideológica, como a mídia, tentem reduzir a data à lógica do mercado, de mais um “feriado” que, apesar de “atrapalhar a produção, as vendas, o consumo”, serve para buscar a construção do consenso de que o trabalhador é importante para “produzir o progresso da nação”, esse é um dia que pertence à história das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse dia, a mídia mostra o lado festivo, os governos tentam retirar a marca da radicalidade e do combate, domesticando-a, enquadrando-a em “comemorações do dia do trabalho”. Escondem a exploração, a opressão, e a dominação que se exercem sobre os trabalhadores. O movi-

mento sindical combativo, ao contrário de distribuir apartamentos e carros, oferecidos pelos empresários que, ao longo do ano exploram os trabalhadores, mantém acesa a memória das lutas do passado e o compromisso com as lutas do presente. Em todos os lugares do mundo os trabalhadores se reúnem para protestar contra as derrotas, cantar as vitórias, fortalecer os laços de solidariedade, renovar o compromisso com a construção de um mundo sem explorados nem exploradores, e reafirmar a esperança de um futuro de justiça social e democracia plena.

Após 1850, a Europa e os EUA viviam o auge da Revolução Industrial, de expansão do modo de produção capitalista, sustentada na superexploração da força de trabalho das massas trabalhadoras. Crescia a cada ano a quantidade de camponeses e operários, incluindo as mulheres e crianças, que trabalhavam nas grandes fábricas,

sem quaisquer leis ou regras de proteção aos trabalhos e ausência completa de direitos. Os trabalhadores e as trabalhadoras enfrentavam jornadas extensas e exaustivas de até 16 horas diárias, péssimas condições de trabalho em ambientes insalubres, respirando fumaça, pó, fuligem. Sem falar das intempéries—muitos ficavam expostos ao frio, ao sol, à chuva.

A consciência de classe se construiu no enfrentamento das contradições. Quanto mais se explorava, mais as contradições aumentavam. O capital, e seu sistema, o capitalista, na sanha desenfreada em busca de lucros, explora incessantemente os trabalhadores. Os lucros são produtos da expropriação do trabalho do trabalhador. Essa contradição só se descobre lutando, coletivamente. É na solidariedade da luta que se constrói os laços que rompem com a alienação. Como dizia Marx, os trabalhadores já tinham perdido tudo, só faltava

perderem o medo e romperem os grilhões que os mantinham presos à exploração e à opressão capitalista.

Uma ideia torna-se uma força material quando ganha as massas organizadas.”

[Karl Marx]

O movimento operário é produto dessas contradições, e das lutas contra o capital. Impulsionado pelas ideias anarquistas, comunistas e socialistas, de diferentes colorações, os trabalhadores e as trabalhadoras mobilizaram intensas jornadas de lutas, na Europa e nos EUA, organizando greves, associações operárias, sindicatos.

Pouco depois surgiram os primeiros partidos operários, e, em resposta ao chamado do Manifesto Comunista, de Marx e Engels, de 1848, “proletários de todos os países, uni-vos”, ampliaram as lutas sociais para fora das fronteiras nacionais, constituindo um movimento operário

Fotos: Henri Figueiredo





Quinta da Boa Vista: comemoração do Dia do Trabalhador reuniu milhares de pessoas para discursos políticos e *shows* musicais

Assim, o 1º de Maio é um momento de organização e de consciência de classe, de rememoração. De luta contra o capitalismo, de defesa da dignidade do trabalho e do trabalhador. Como disse o pensador italiano Antonio Gramsci: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem”.

e socialista de caráter internacionalista. Se o capital não tem fronteiras para explorar, os trabalhadores devem unir forças em todos os países, de todas as crenças, raças, países, ideologias. Uma necessidade concreta do enfrentamento ao capital, do movimento operário, na virada do século XIX para o XX, assume a bandeira do internacionalismo socialista e proletário.

Assim chega ao Brasil, no processo de transição da escravidão para o trabalho assalariado capitalista, e se organiza sob a bandeira do 1º de maio, com um marco da resistência e da luta mundial contra dominação capitalista.

As lutas operárias se organizam e ganham dimensão política com a chegada dos imigrantes, e com a proliferação das ideologias anarquistas, anarco-sindicalistas, comunistas e socialistas.

Os imigrantes se juntam aos negros e negras, ex-escravos, excluídos do projeto elitista de República, que havia sido produzida por um golpe de Estado das oligarquias descontentes com a abolição da escravatura. Desse encontro de culturas e de lutas, surgem os sindicatos e o movimento sindical.

Assim, o 1º de Maio é um momento de organização e de

consciência de classe, de rememoração. De luta contra o capitalismo, de defesa da dignidade do trabalho e do trabalhador. Como disse o pensador italiano Antonio Gramsci: “A crise consiste precisamente no fato de que o velho está morrendo e o novo ainda não pode nascer. Nesse interregno, uma grande variedade de sintomas mórbidos aparecem”.

Nesta conjuntura de crise mundial da economia e do modo de vida capitalista, reafirmamos a urgência de os trabalhadores construir um outro projeto societário, baseado na solidariedade, na justiça distributiva da renda e na socialização das riquezas produzidas pelo trabalho humano.

O neoliberalismo, a face perversa produzida pelo capitalismo contemporâneo, está destruindo as forças produtivas, degradando a vida e os seres vivos. A lógica desse sistema é permanente destruição da natureza para obtenção de lucros, de exploração do trabalho humano para acumulação de riquezas e poderes nas mãos de uma minoria parasitária.

Quando afirmamos que os trabalhadores não construíram a atual crise, e que não podem e nem devem pagar por ela, estamos dizendo que só a luta internacional, coletiva, por um outro modelo de desenvolvimento, de sociabilidade e de vida é que se constituirá na porta de saída para as maiorias de seres humanos que habitam o planeta. E o sangue e a memória dos mártires, das mulheres, crianças, que nestes duzentos anos lutam contra a barbárie e pela emancipação, estão presentes, nas ruas, nas praças, alegres e irreverentes. A utopia de um mundo justo, onde todos vivam plenamente do fruto de seu trabalho. A certeza de que a emancipação é uma obra coletiva, própria dos trabalhadores e trabalhadoras, por eles e elas, para eles e elas.

*Historiador, professor de História, mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), doutorando em Políticas Públicas (UERJ), educador sindical e assessor de formação da CUT -RJ e do SINDPD-RJ, coordenador do curso Marxismo(s) da CUT e do Sisejufe.

Arco-íris sindical

A maior festa de 1º de Maio no Rio de Janeiro aconteceu na Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, e reuniu seis centrais sindicais – CUT, CTB, CGTB, UGT, Força Sindical e NCST.

A data lembra a greve geral que aconteceu em 1º de maio de 1886, em Chicago. Neste dia, milhares de trabalhadores foram às ruas para reivindicar seus direitos, já que as condições de trabalho eram desumanas.

Um dos objetivos na época era a redução da jornada de trabalho de 13 para 8 horas diárias. Neste dia, manifestações foram feitas, trabalhadores e a população foram às ruas, mas a repressão foi grande com prisões, feridos e muitos mortos.

Segundo Perseu Abramo, “a história do 1º de Maio mostra, portanto, que se trata de um dia de luto e de luta, mas não só pela redução da jornada de trabalho, mais também pela conquista de todas as outras reivindicações de quem produz a riqueza da sociedade.” De acordo com o

escritor Vito Giannotti, desde 1890 a classe operária no mundo fazia do 1º de Maio o Dia Internacional da Luta dos Trabalhadores. No Brasil, pequenos grupos de operários socialistas, já naquele ano, começaram a falar desta data e da luta pela redução da jornada de trabalho.

Na Quinta da Boa Vista, a unidade móvel da Secretaria Estadual de Trabalho e Renda ofereceu 2 mil ofertas de emprego, principalmente para telemarketing e atendente de lanchonete. Para se cadastrar e entrar na disputa, o trabalhador precisava apenas levar um documento de identidade e a carteira profissional. Também foram oferecidas chances de estágio para portadores de necessidades especiais. Além disso, a população pode se cadastrar para vagas de emprego, tirar a carteira de trabalho, identidade, fotos 3x4 e fazer consultas ao PIS e ao FGTS.

Durante toda a tarde do dia 1º de maio, a chuva ameaçou estragar a festa mas só chegou, de fato, às 17h – pouco



antes do início das apresentações musicais de Beth Carvalho, Dudu Nobre, Diogo Nogueira e outros artistas. Antes, porém, a Quinta ficou mais colorida com um imenso arco-íris que parecia compor a paisagem repleta de balões das centrais sindicais. O Sisejufe esteve representado no evento pelo seu diretor Og Carramilho Barbosa, pelo presidente do Conselho Fiscal do sindicato Francisco Costa de Souza e pela assessora política Márcia Bauer.



Segue a luta pela negociação coletiva

Gizele Martins*

Em entrevista realizada em 19 de março, na sede do Sisejufe, Lúcia Reis, integrante da Executiva Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), aborda três importantes assuntos discutidos em reunião da CUT com o ministro do Planejamento Paulo Bernardo. Os temas são: negociação coletiva, imposto sindical e regulamentação de greve. Sobre imposto sindical, o Sisejufe decidiu que, caso ele seja arrecadado, será devolvido aos sindicalizados. Esta entrevista dá continuidade à matéria publicada na edição nº 17 do jornal Contraponto.

*Da Redação, com Henri Figueiredo.

Ideias – Explique o propósito da Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Lúcia Reis – A Convenção 151 trata dos direitos sindicais no setor público. O objetivo é o de garantir a negociação coletiva e abordar questões como a resolução de conflitos, o que para alguns se resume ao direito de greve do funcionalismo. Esta convenção restringe atos arbitrários que tentem constringer ou atingir a representação sindical no seu direito de representação. Tínhamos tratado a Convenção 151 naquilo que ela tem relação mais direta com a negociação coletiva, porque os servidores públicos tiveram garantido, na Constituição de 1988, o direito a sindicalização. Mas nem por isso, conseguimos o essencial que é o sindicato ter espaço conformado de negociação coletiva com governos e o governo ter a obrigação de receber a pauta de reivindicações.

Tudo com prazo, norma e processamento. O que vinha sendo consolidado do primeiro governo Lula para cá era o espaço de negociação, garantido com formato de mesa. Uma mesa nacional, que funcionou precariamente e foi desconstituída. Agora conseguimos manter apenas as negociações segmentadas, ou por categoria, ou por conjunto de categoria.

Ideias – Qual o futuro do imposto sindical?

Lúcia – Essa extensão da cobrança sindical para os servidores públicos, como medida do Poder Executivo é nova, e infelizmente saiu da mão de um ministro do Trabalho durante o governo Lula – que esteve na fundação da CUT, uma entidade que defende autonomia sindical e o fim do imposto sindical. Fizemos de tudo para que o Ministério do Trabalho considerasse o encaminhamento ao Congresso do projeto de lei de substituição do imposto pela contribuição negocial aprovada em assembleia. Esse anteprojeto foi cozinhado pelo ministro e só saiu após a grande mobilização que as centrais sindicais fizeram em dezembro do ano passado, e após um ato que a CUT fez no Ministério do Trabalho, já se opondo à Extensão Normativa 01 (que estende o imposto aos servidores públicos). Fizemos uma manifestação, fomos recebidos por ele, e ele disse que não poderia abrir mão da Extensão Normativa, que o imposto sindical é constitucional. Mas a Constituição é de 1988. São 21 anos em que ele nunca foi cobrado e é ele que está botando uma nota técnica para consolidar a cobrança no conjunto do serviço público. É pontualmente arrecadado imposto

sindical em alguns municípios, o que é raríssimo. No caso da CUT, nenhum sindicato requer o imposto no setor público.

Ideias – O imposto sindical será cobrado em 2009?

Lúcia – Ao que parece, não. Há problemas burocráticos. O que nos foi dito pelo ministro do Planejamento é eles não colocariam na folha de pagamento a cobrança de imposto sindical, por problemas burocráticos e de conflito de base entre os sindicatos. Vai ficar para os estados e municípios a arrecadação. Para o servidor federal parece que não vai ser cobrado 2009. E ainda tem problema para a arrecadação do imposto. A nota técnica diz que o sindicato que tem o registro pode pegar o percentual destinado aos sindicatos. O restante vai para a federação e confederação. Se a federação desiste ela arrecada um percentual desse restante e depois vai para a confederação. Só recebem as federações e confederações que têm registro. Das confederações do serviço público federal, estadual e municipal só a Confederação Nacional os Trabalhadores em Educação (CNTE) que tem registro e a CSPB, que é uma entidade sem base, tem o registro. A coisa é tão problemática que federações com 30 anos de história – como a minha federação, a Fsubra, não têm o registro sindical. É claro que podemos arrecadar o imposto sindical no sindicato, ainda que este seja contra, e dar um destino a ele decidido em assembleia.



Ideias – E a notícia sobre a regulamentação de greve no serviço público?

Lúcia – Já existem vários projetos de lei e já passaram por todas as comissões que julgam mérito e conteúdo. A última foi a Comissão do Trabalho, por exemplo, o último substitutivo, do deputado Nelson Marquizelli (PTB-SP). Por ele, faríamos greve sentados e trabalhando! Mas mesmo uma pessoa como ele, que é empresário, e que começou discutindo apenas na linha da restrição, para conseguir um substitutivo votado, ele acabou ouvindo um bocadinho e melhorando um pouco o seu substitutivo. De alguma maneira vale registrar que ele acabou considerando que nós temos direito a negociação. O ministro do Planejamento nos disse que vão encaminhar para a bancada sindical duas propostas. Uma de regulamentação da resolução de conflitos e outra proposta de regulamentação da liberação para mandato sindical. Ou seja, por enquanto, não haverá envio de regulamentação do direito de greve, mas o projeto indiretamente assegura este direito aos trabalhadores. A CUT vai continuar a considerar que a greve é um direito irrestrito garantido pela Constituição de 88 e lutar por um projeto que dê liberdade e autonomia e que se pautem pela autorregulamentação.



Um quilombo de resistência cultural

Texto e foto
Henri Figueiredo*

Manifestação cultural de origem rural, o Jongo é diretamente associado à cultura africana no Brasil é uma das raízes da formação do samba carioca. O Jongo se insere no âmbito das chamadas “danças de umbigada” e é, portanto, próximo do “Semba” ou “Masemba” de Angola. Trazido ao Brasil por negros bantu, dos antigos reinos de Ndongo e do Kongo, o Jongo é composto por música, dança e poesia – principalmente por meio da improvisação. Uma característica essencial da linguagem do Jongo é a utilização de símbolos que, além de manter o sentido cifrado, possuem função supostamente mágica, provocando, supostamente, fenômenos paranormais. Dentre os mais evidentes pode-se citar o fogo, com o qual são afinados os instrumentos; os tambores, que são consagrados e considerados como ancestrais da comunidade; a dança em círculos com um casal ao centro, que remete à fertilidade; sem esquecer, é claro, as ricas metáforas utilizadas pelos jongueiros para compor seus “pontos” e cujo sentido é inacessível para os não-iniciados.

Hoje em dia podem participar do Jongo homens e mulheres, mas esta participação, em sua forma original era rigorosa-

mente restrita aos iniciados ou mais experientes da comunidade. Este fator relaciona-se a normas éticas e sociais bastante comuns em diversas outras sociedades tradicionais – como as indígenas americanas – baseadas no respeito e obediência a um conselho de indivíduos ‘mais velhos’ e no “culto aos ancestrais”.

Os amantes do Jongo e do samba tem o prazer de encontrar, hoje, no Rio de Janeiro, com uma figura central na perpetuação dessa arte: Maria de Lourdes Mendes, ou simplesmente Tia Maria do Jongo – que aos 88 anos, completados no último 30 de dezembro, é a principal referência do Jongo. Tia Maria é dona de uma energia contagiante, de cabelos alvos e de um sorriso doce. Na sua casa, na Serrinha, em Madureira, aconteceu em 29 de março um grande encontro de jongueiros – e Ideias em Revista esteve presente. Tudo começou com uma descontraída roda de samba. Depois veio a feijoada que, pelo tamanho da fila que formou para o primeiro serviço e para a repetição, não deixou dúvida sobre o sabor e qualidade. E, no meio da tarde, Tia Maria e um de seus filhos abriram a roda de Jongo. Tudo documentado por fotógrafos, jornalistas e pela equipe do filme “Preta Velha Jongueira”, dirigido por Tadeu Lima e Emanuel de Jesus – que cumpriram a última diária de filmagens naquela tarde.



Tia Maria do Jongo da Serrinha

Depois de os adultos dançarem a cantarem, chegou a vez da criançada da Escola do Jongo, cujo projeto político-pedagógico é baseado na preservação da memória e na valorização da cultura e de patrimônios locais. Diariamente são oferecidas para cerca de 120 alunos, aulas gratuitas de canto, percussão, jongo, dança afro primitiva, capoeira Angola, cultura popular, teatro, artes plásticas e circo. Em dezembro de 2008, devido à violência constante na comunidade da Serrinha, a Escola do Jongo teve sua sede destruída. O alto do morro se tornou um local totalmente inadequado e inseguro para atividades pedagógicas. Por isso, a comunidade e os amigos do Jongo iniciaram uma campanha para a sua reconstrução.

A Escola de Jongo existe desde 2001 e já ganhou diversos

Este ano, o Jongo será o primeiro Bem Imaterial do Estado do Rio de Janeiro a ser registrado pelo IPHAN. O Jongo da Serrinha e mais 12 comunidades jongueiras ligadas à Rede de Memória do Jongo, em parceria com técnicos do Museu do Folclore e IPHAN, colaborou para a confecção de um inventário de referências culturais sobre o jongo que fará parte do processo iniciado em 2001.

prêmios, entre eles o Itaú-Unicef, Cultura Viva (MINEC) e Cultura Nota 10 (Governo do Estado do Rio) e tem o patrocínio da Petrobras, Criança Esperança e Ministério da Cultura. Nenhum destes patrocínios, porém, prevê a construção de um novo espaço de trabalho. Através da doação de pessoa física do Imposto de Renda, qualquer cidadão que declara imposto completo pode doar até 6% do que pagaria para receita para um projeto aprovado em Lei Rouanet, como é o caso da Escola de Jongo.





ONG e Razões Africanas

A associação Grupo Cultural Jongo da Serrinha (GCJS) foi criada em 2000 com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos de preservação do patrimônio histórico do jongo e assistência social desenvolvidos há mais de 40 anos por Vovó Maria Joana Rezadeira e Mestre Darcy do Jongo.

As principais missões da ONG são preservar e divulgar o patrimônio cultural afro-brasileiro e desenvolver um trabalho de educação e de capacitação profissional junto a crianças e jovens que sofrem com a violência e o subemprego.

Dentre os frutos do Jongo no Rio de Janeiro, está o grupo musical Razões Africanas – que de vez quando conta com a participação especial de Tia Maria. O grupo é formado pelas cantoras Lazir Sinval, Dely Monteiro, Luiza Marmello, por Anderson Vilmar (percussão), Marcello Mattos (percussão), Maurício Abreu (cavaquinho e viola) e Miguel Garcia (violão e viola), além é claro do cantor, compositor e entusiasta dessa manifestação cultural Lucio Sanfilippo.

*Da Redação.



Dyonne Boy é fundadora e umas das coordenadoras executivas da ONG Grupo Cultural Jongo da Serrinha

Ideias – Qual a relação do Jongo com a Serrinha?

Dyonne Boy – A Serrinha é uma comunidade centenária do Rio, uma das primeiras como a Mangueira, o Estácio, o Salgueiro. Por se localizar longe do centro, ela preservou o Jongo: há famílias que moram lá há cem anos, gente que fundou mesmo a comunidade e a tornou uma espécie de quilombo cultural. É curioso porque a Serrinha foi fundada por sindicalistas também, ela teve uma independência política e cultural justamente porque eram estivadores – dizem que este foi o primeiro sindicato do Brasil, o dos que trabalhavam no Cais do Porto. As economias desses trabalhadores eram investidas no carnaval, nas festas, nos blocos. Eles contratavam orquestras para ir na Serrinha. E eram muito organizados e politizados. O Jongo e a Serrinha, então, têm uma relação direta com o sindicalismo.

Ideias – A origem do Jongo não é o Vale do Paraíba?

Dyonne – O Jongo veio de Angola com os negros feitos escravos – e eles foram para as plantações de café do Vale do Paraíba, no interior do estado do Rio de Janeiro. Com o fim da escravidão, fim entre aspas, essas pessoas vieram ao Rio fundaram as primeiras favelas. O Jongo era uma festa que os senhores permitiam para que os escravos aliviassem

as tensões daquele trabalho tão pesado. As letras do jongo falam muito da relação com a natureza – são letras cifradas, em metáforas, às vezes uma palavra está ali, mas não quer dizer aquilo. Eram códigos.

Ideias – Como se dá a transformação dessa manifestação cultural em Organização Não-Governamental?

Dyonne – No fim dos anos 60, o Jongo da Serrinha foi estruturado pelo Mestre Darcy e pela mãe dele. O Mestre Darcy era um músico talentoso, então ele via que o jongo era um patrimônio. Ele criou um show transformando essa dança, que era feita nos quintais, num espetáculo que pudesse viajar. O Mestre Darcy atraiu alguns estudantes, pessoas como eu, por exemplo, e a gente começou a perceber que esse patrimônio é também um instrumento de desenvolvimento pessoal e econômico para a comunidade. Em 2000, fundamos uma ONG com a missão de preservar o Jongo como patrimônio e de educar crianças e jovens através dessa cultura tão forte que existe na Serrinha. Então a gente criou a Escola de Jongo, que é uma escola basicamente de música e dança e preservação da memória local.

Ideias – Como você vê a atuação da Tia Maria do Jongo?

“O Jongo é uma dança de roda e a roda, filosoficamente, traz a ideia de que é possível conviver com o diferente. O Jongo não é uma dança religiosa, mas tem uma ligação com a umbanda, com a religião afrobrasileira. Os terreiros de candomblé preservaram muito da cultura africana no início do século, então ali se fazia feijão, ali se fazia festa, ali se dançava, ali se tocava pandeiros.”

Dyonne – No Jongo, que é de tradição africana, os mais velhos são considerados “bibliotecas vivas” E a Serrinha é uma comunidade com bastante pessoas idosas. Hoje, nossa presidente é a tia Maria do Jongo, que fez 88 anos, e é uma pessoa muito ativa. A gente valoriza muito isso e temos uma aula que é justamente isso: contação de história. As pessoas mais velhas da comunidade contando para as crianças a história daquele lugar.

Ideias – Como fica esse trabalho diante do preconceito e da intolerância religiosa?

Dyonne – A gente sofre bastante preconceito, sim. O Jongo é uma dança de roda e a roda, filosoficamente, traz a ideia de que é possível conviver com o diferente. O Jongo não é uma dança religiosa, mas tem uma ligação com a umbanda, com a religião afrobrasileira. Os terreiros de candomblé preserva-

ram muito da cultura africana no início do século, então ali se fazia feijão, ali se fazia festa, ali se dançava, ali se tocava pandeiros. Esses terreiros, além de serem locais religiosos, também são centros de cultura. O Jongo é uma dança que é uma expressão da cultura brasileira. A gente tem um *show* cujo repertório é todo da influência afro na MPB: Pixinguinha, Vinícius, Caetano, Gil, Tom Jobim – todos criaram com base nessa cultura africana. Ninguém impõe a religião a ninguém, mas temos o direito de usar as nossas roupas, nossas guias e falar dos nossos santos.

Ideias – Vocês tiveram um problema com a questão da violência organizada, violência institucionalizada, violência estatal, que foi a invasão da Escola de Jongo pelo BOPE, a utilização indevida da escola



como ponto de apoio na ocupação do morro, e a destruição da escola, sem que o Estado tenha pago por isso. O Estado destruiu um bem cultural e não pagou por isso. Como ficou esta questão?

Dyonne – Ficamos chocados. Isso gera um ambiente de permanente guerra civil. A gente convive com assassinatos e isso é muito triste, é uma realidade de guerra. A gente acredita que tem que haver uma política de educação, uma política de trabalho de renda e de saúde. Com a ocupação da polícia a escola, destruíram os instrumentos e os nossos bens. Paredes ficaram sujas, enfim, foi muito pesado pra gente. Muitas mães proibiram as crianças de voltar a esse local. Desde então, estamos sem o nosso principal local de trabalho. Funcionamos no quintal de tia Maria. Por isso as doações são importantes, para que possamos reconstruir uma sede em outro lugar, mais seguro.



Na roda do Jongo: Dyonne dança no quintal de Tia Maria, em 29 de março

“É curioso porque a Serrinha foi fundada por sindicalistas também, ela teve uma independência política e cultural justamente porque eram estivadores – dizem que este foi o primeiro sindicato do Brasil, o dos que trabalhavam no Cais do Porto. As economias desses trabalhadores eram investidas no carnaval, nas festas, nos blocos. Eles contratavam orquestras para ir na Serrinha. E eram muito organizados e politizados. O Jongo e a Serrinha, então, têm uma relação direta com o sindicalismo.”



COMO AJUDAR

- 1 – Doação de dinheiro
- 2 – Contratação de Espetáculos
- 3 – Voluntariado
- 4 – Doação de bens
- 5 – Financiamento de projetos

Faça contato com Grupo Cultural Jongo da Serrinha
Rua Balaiada 124 Madureira Rio de Janeiro RJ
tel: (21) 2539.8623/ 9191.3123/ 2437.5546/9794.6128
contato@jongodaserrinha.org.br

Eleitos delegados para XV Plenária da Fenajufe e Congressos da CUT

Mais uma vez o sindicato se prepara para defender as posições políticas da categoria em importantes encontros sindicais. O primeiro evento é o 5º Encontro Nacional de Comunicação da Fenajufe, que ocorre em 4 de junho, em Manaus (AM), e vai discutir a importância do engajamento dos Movimentos Sociais e Sindicais na construção da 1ª Conferência Nacional de Comunicação. O sindicato vai definir em meados de maio os representantes que vão a esse encontro.

Já na noite de 5 de maio, na sede do Sisejufe, 37 sindicalizados elegeram em assembleia a delegação do Rio de Janeiro para XV Plenária Nacional da Fenajufe, que acontecerá de 5 a 7 de junho, também em Manaus. A chapa unitária é composta de 10 servidores e mais um delegado representante da diretoria do Sisejufe. O diretor do Sisejufe e atual diretor da Fenajufe Valter Nogueira Alves estará na plenária como observador pela Federação.

DELEGAÇÃO PARA A XV PLENÁRIA DA FENAJUFE

Francisco Costa de Souza
(aposentado do TRE e presidente do Conselho Fiscal do Sisejufe)

Vera Lúcia Pinheiro dos Santos (aposentada do TRT)

Maria Cristina de Paiva Ribeiro (TRF)

Mariana Liria (TRF)

Ricardo de Azevedo Soares (JF da Avenida Venezuela)

Marcelo Costa Neres (JF)

Lindomar de Oliveira Rodrigues (TRF)

Ronaldo das Virgens (TRF)

Marcos André Leite Pereira (JF de São João do Meriti)

Adriano Nunes dos Santos (JF)

Roberto Ponciano

(JF – Delegado representante da diretoria do Sisejufe)

SUPLENTES

Og Carramillo Barbosa (JF)

Willians Faustino de Alvarenga (TRT)

Dulavim de Oliveira Lima Jr. (JF)

Jeferson Moreira de Oliveira (TRF)

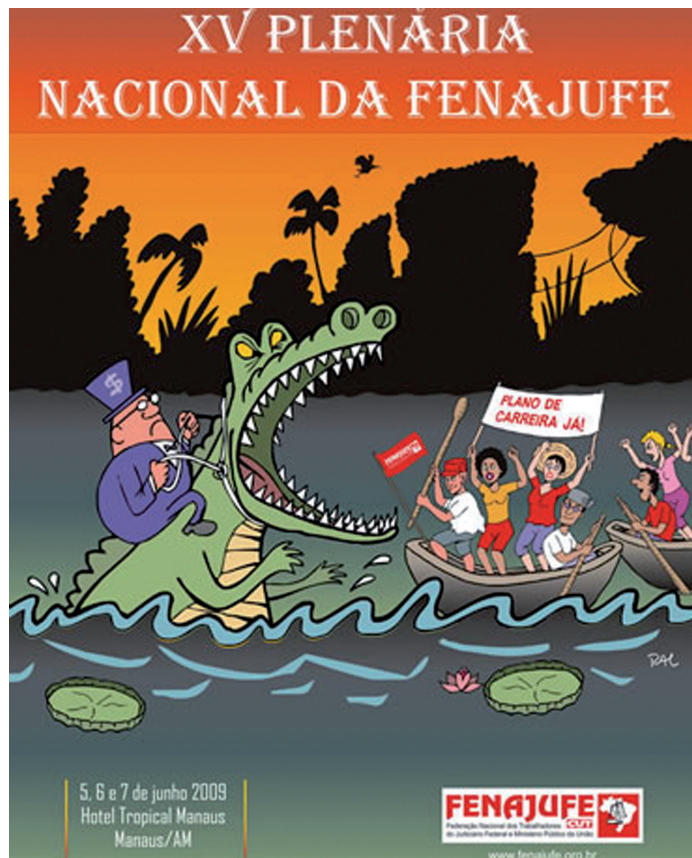
David Cordeiro (TRT)

João Cunha (JF)

José Fonseca dos Santos (TRF)

Na mesma assembleia foram eleitas também as delegações para o Congresso Estadual da CUT (Cecut) e para o 10º Congresso Nacional da CUT (Concut). Para o Cecut, que acontece de 19 a 21 de junho em Miguel Pereira (RJ), foram eleitos os delegados Roberto Ponciano, Valter Nogueira Alves, Og Carramillo Barbosa, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, João Mac-

Cormick (TRE), Marcelo Costa Neres e Willians Faustino. Os suplentes são Dulavim de Oliveira Lima Jr., João Cunha e Márcio Cotta (JF). Para o Concut, que acontecerá de 3 a 8 de agosto, em São Paulo, foram eleitos três delegados: Roberto Ponciano, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e João Mac-Cormick. Os suplentes são João Cunha e Maria Cristina de Paiva Ribeiro.



No Pará, MST enfrenta capangas de Dantas

Em relação ao episódio na região de Xinguara e Eldorado de Carajás, no sul do Pará, o MST esclarece que os trabalhadores rurais acampados foram vítimas da violência da segurança da Agropecuária Santa Bárbara. Os sem-terra não pretendiam fazer a ocupação da sede da fazenda nem fizeram reféns. Nenhum jornalista nem a advogada do grupo foram feitos reféns pelos acampados, que apenas fecharam a rodovia PA-150 em protesto pela liberação de três trabalhadores rurais detidos pelos seguranças. Os jornalistas permaneceram dentro da sede fazenda por vontade própria, como sustenta a Polícia Militar. Esclarecemos também que:

1 No sábado, 18 de abril, pela manhã, 20 trabalhadores sem terra entraram na mata para pegar lenha e palha para reforçar os barracos do acampamento em parte da Fazenda Espírito Santo, que estão danificados por conta das chuvas que assolam a região. A fazenda, que pertence à Agropecuária Santa Bárbara, do Banco Opportunity, está ocupada desde fevereiro, em protesto que denuncia que a área é devoluta. Depois de recolherem os materiais, passou um funcionário da fazenda com um caminhão. Os sem-terra o pararam na entrada da fazenda e falaram que precisavam buscar as palhas. O motorista disse que poderia dar uma carona e mandou a turma subir, se disponibilizando a levar a palha e a lenha até o acampamento.

2 O motorista avisou os seguranças da fazenda, que chegaram quando os trabalhadores rurais estavam carregando o caminhão. Os seguranças chegaram armados e passaram a ameaçar os sem-terra. O trabalhador rural Djalme Ferreira Silva foi obrigado a deitar no chão, enquanto os outros conseguiram fugir. Djalme foi preso, humilhado e espancado pelos seguranças da fazenda de Daniel Dantas.

3 Os trabalhadores sem-terra que conseguiram fugir voltaram para o acampamento, que tem 120 famílias, sem o companheiro Djalme. Avisaram os companheiros do acampamento, que resolveram ir até o local da guarita dos seguranças para resgatar o trabalhador rural detido. Logo depois, receberam a infor-

mação de que o companheiro tinha sido liberado. No período em que ficou detido, os seguranças mostraram uma lista de militantes do MST e mandaram-no indicar onde estavam. Depois, os seguranças mandaram uma ameaça por Djalme: vão matar todas as lideranças do acampamento.

4 Sem a palha e a lenha, os trabalhadores sem-terra precisavam voltar à outra parte da fazenda para pegar os materiais que já estavam separados. Por isso, organizaram uma marcha e voltaram para retirar a palha e lenha, para demonstrar que não iam aceitar as ameaças. Os jornalistas, que estavam na sede da Agropecuária Santa Bárbara, acompanharam o final da caminhada dos marchantes, que pediram para eles ficarem à frente para não atrapalhar a marcha. Não havia a intenção de fazer os jornalistas de “escudo humano”, até porque os trabalhadores não sabiam como seriam recebidos pelos seguranças. Aliás, os jornalistas que estavam no local foram levados de avião pela Agropecuária Santa Bárbara, o que demonstra que tinham tramado uma emboscada.

5 Os trabalhadores do MST não estavam armados e levavam apenas instrumentos de trabalho e bandeiras do movimento. Apenas um posseiro, que vive em outro acampamento na região, estava com uma espingarda. Quando a marcha chegou à guarita dos seguranças, os trabalhadores sem-terra foram recebidos a bala e saíram correndo—como mostram as imagens veiculadas pela TV Globo. Não houve um tiroteio, mas uma tentativa de massacre dos sem-terra pelos seguranças da Agropecuária Santa Bárbara.

6 Nove trabalhadores rurais ficaram feridos pelos seguranças da Agropecuária Santa Bárbara. O sem-terra Valdecir Nunes Castro, conhecido como Índio, está em estado grave. Ele levou quatro tiros, no estômago, pulmão, intestino e tem uma bala alojada no coração. Depois de atirar contra os sem-terra, os seguranças fizeram três reféns. Foram presos José Leal da Luz, Jerônimo Ribeiro e Índio.

7 Sem ter informações dos três companheiros que estavam

sob o poder dos seguranças, os trabalhadores acampados informaram à Polícia Militar. Em torno das 19h30min, os acampados fecharam a rodovia PA 150, na frente do acampamento, em protesto pela liberação dos três companheiros que foram feitos reféns. Repetimos: nenhum jornalista nem a advogada do grupo foram feitos reféns pelos acampados, mas permaneceram dentro da sede fazenda por vontade própria. Os sem-terra apenas fecharam a rodovia em protesto pela liberação dos três trabalhadores rurais feridos, como sustenta a Polícia Militar.



*Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Pará)

A CUT condena ação de latifundiários e banqueiros responsáveis pelos conflitos no Pará

Sobre o conflito ocorrido recentemente na fazenda Santa Bárbara, no sul do Pará, a CUT vem a público declarar que:

1 A base dos conflitos no campo, na Região Amazônica, é a grilagem de terras, titulações falsas e a concentração fundiária. São ações promovidas por latifundiários e banqueiros, sustentados pelo longo período de domínio neoliberal no estado do Pará.

2 Durante esse período, quando o povo paraense era governado pelo PSDB, a questão agrária era tratada como caso de polícia e que resultou no assassinato de inúmeros trabalhadores e trabalhadoras rurais, como ocorreu no episódio do Massacre de Eldorado dos Carajás. Esse período acabou!

3 Porém, a ânsia das elites brasileiras é avassaladora. Figuras de banqueiros e ruralistas são fiéis promotores dos lucros dos latifundiários que mercantilizam a Amazônia e que praticam

verdadeiros crimes ambientais. Na defesa destes interesses está a mídia golpista, que divulga informações erradas sobre os conflitos de terra e que ajuda a criminalizar os movimentos sociais em todo o país.

4 A CUT está ao lado dos que combatem o latifúndio, a violência no campo e a destruição do meio ambiente.

5 A CUT é solidária à governadora Ana Júlia Carepa em seu combate à violência no campo. A redução das mortes no campo nesse estado da Federação tem sido possível graças à derrota dos neoliberais e a ascensão de um governo que trata os movimentos sociais como legítimos defensores dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais.

6 A favor da reforma agrária, da sustentabilidade ambiental e da soberania popular do povo paraense. É desse lado que nos encontramos!

Artur Henrique
Presidente Nacional da CUT

A favor da vida e contra o extermínio

Gizele Martins*

Em meio a um sentimento de revolta e dor, cerca de 200 moradores do Complexo da Maré, realizaram no feriado de Tiradentes uma manifestação contra a política de extermínio de jovens imposta pelo Estado nas favelas do Rio. No ato simbólico, organizado por familiares e amigos do estudante Felipe Correia dos Santos, de 17 anos, executado no dia 14 de abril, os participantes abraçaram a favela da Baixa do Sapateiro, onde a vítima cultivou seus laços de amizade e manteve suas relações sociais. Durante a manifestação, que fechou a pista de subida da Avenida Brasil, o pedido por justiça foi entoado pelos moradores ao som de uma marcha fúnebre tocada pelo Bloco Se Benze que Dá, da Maré. Cartazes e cruzes simbolizaram a dor dos familiares que acusam policiais de terem executado Felipe. De acordo com o comandante do 22º BPM (Maré), Rogério Seixas, que acompanhou pessoalmente o ato em viaturas da corporação, o jovem seria bandido. A versão policial é enfaticamente negada pelos moradores.

Nem mesmo a chuva fria fez com que os jovens, vestidos com

camisetas brancas com a foto de Felipe, se calassem ou perdessem a vontade de provar a todos que Felipe foi mais um inocente executado pela polícia. Para Jonatas Bezerra de Aguiar, amigo da vítima, o importante agora é “limpar a nome de Felipe”. “Ele era como um irmão. A gente já tinha até se alistado no quartel juntos. E agora, eu quero só justiça. Felipe não era bandido”, afirma Jonatas. Segundo Patrícia Rodrigues, irmã da vítima, a polícia deve mudar a forma de entrar nas favelas. “É muito triste. A polícia tem que parar de entrar na favela dando tiro na gente. Dessa forma ela se transforma em um verdadeiro bandido”. A mãe de Felipe, Gilmar Francisco dos Santos, pretende lutar para provar que seu filho era apenas um estudante. “Eu estou revoltada. Além de matarem o meu filho, ainda falam que ele é bandido. Vou lutar por justiça”, afirmou.

Criminalização da pobreza

Segundo Luiz Antônio de Oliveira, diretor do Museu da Maré, a manifestação representa um ato de resistência à política de segurança que criminaliza os moradores de favelas. Para ele, o despreparo da polícia coloca em risco a vida dos mora-



Mais um jovem morto: principais vítimas são pobres e negros

dores. “A passeata é só um movimento de resistência, é um ato de mobilização, que tem que ser contínuo. Estamos com uma política absurdamente burra que não valoriza o ser humano. A violência não se combate matando as pessoas”, diz Oliveira.

O ato de 21 de abril não foi o primeiro desagravo à memória do estudante executado. No dia de sua morte, moradores revoltados fecharam as principais vias de tráfego próximas ao Complexo da Maré. No dia 15 de abril, mais de 300 pessoas que acompanharam o sepultamento de Felipe no Cemitério do Caju exibiram cartazes e, após o enterro, fecharam por alguns minutos a Avenida Brasil. Todas essas iniciativas foram violenta-



Enterro: multidão no Caju

mente reprimidas pela polícia, que usou bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo.

Já no dia 28 de abril, duas semanas depois da morte de Fe-



Protesto: após o enterro de Felipe moradores fizeram passeata



Truculência: manifestação pacífica foi reprimida com bombas

Duas semanas depois da morte de Felipe, 15 mães de diversas favelas do Rio cujos filhos também foram executados pela polícia, aproveitaram a vinda do Presidente do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas (ONU) para denunciar a forma violenta com que a polícia age nos bairros pobres do Estado.



Dor e revolta: parentes e amigos choram mais uma vítima do despreparo das forças de segurança



Incredulidade: amigos choram

lpe, aproximadamente 15 mães de diversas favelas do Rio, e que perderam seus filhos da mesma forma que Gilmara, aproveitaram a vinda do Presidente do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da Organização das Nações Unidas (ONU), o embaixador nigeriano Martin Ighoeghian Uhomobhi, ao Brasil, para denunciar a forma violenta que a polícia age nos bairros pobres do Estado. Quase sempre as vítimas da truculência policial são pobres, negros e favelados.

Em pouco mais de trinta minutos, cada mãe relatou ao presidente do CDH a forma covarde como seus filhos foram mortos. Além disso, elas questionaram a atitude das autoridades em relação a estes tipos de casos, a

maioria esquecidos, deixados de lado pelo Estado. Depois disso, elas entregaram um artigo com documentos e fotos de todos os casos. E Gilmara, muito emocionada, contou como seu filho morreu, e da revolta que sente em saber que ele foi posto pela polícia como um “fora da lei”. “Meu filho estava conversando com os amigos, teve uma correria e meu filho ficou, ele olhou para o lado e a polícia atirou nele. Eu estou revoltada. Além de matarem o meu filho, ainda falam que ele é bandido, chegou no hospital e falaram que ele estava com uma mochila com drogas e armas. Meu filho era estudante. Eu vou lutar por justiça”, disse.

Execução fez embaixador da ONU visitar favela

Depois dos depoimentos, Uhomobhi disse que é compreensível a dor destas mães, e aconselhou à cada uma delas para que se acalmassem e deixassem a amargura de lado. “Todo o ser humano deve ser tratado com dignidade e respeito. Essas histórias me tocaram. Nós vamos achar meios para que esse assunto seja resolvido da melhor maneira. E eu peço a vocês para que não sejam amargos, pois nada se pode conseguir com a amargura. Desta for-



Uhomobhi: no centro, de terno, presidente do CDH na Maré

ma iremos começar a questionar Deus. Deixe ele dar a coragem de aceitar as perdas e nos erguermos com isso. O amanhã é maior do que isso, vocês são maiores. Por favor, esqueçam, eu sei que é difícil, mas que Deus dê a vocês a graça. Pois eu não vou querer dormir e remoer o passado, nada de bom virá a partir disso. A mudança para o futuro está no nosso poder, eu não posso dar isso a vocês, vocês têm que dar isso a vocês mesmos, tem que dizer não a amargura. Você tem que pegar o seu destino com as suas próprias mãos. Deus vai dar a força e a coragem”, esta foi a resposta de Uhomobhi para todos os familiares.

Uhomobhi veio a convite do

presidente Lula e o objetivo inicial da visita era conhecer algumas cidades e projetos desenvolvidos no país. Apenas um dia antes, ONGs conseguiram o encontro destas mães com ele para que fossem denunciadas diretamente ao Conselho de Direitos Humanos da ONU os crescentes casos de violência no Rio e no Brasil. Inúmeros cidadãos são mortos diariamente nas favelas do Rio de Janeiro vitimados por uma política de segurança pública que prioriza o confronto—desde que este se dê em áreas pobres.

*Estagiária de Jornalismo do Sisejufe, com a colaboração de Renata Souza e Douglas Baptista.

Emprego público no Brasil é de 11%

Maurício Dias*

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgado em meados de abril com o título “Emprego Público no Brasil: comparação internacional e evolução recente” é um trabalho fundamental para desconstruir a mentira de que o Estado brasileiro é inchado pelo número de servidores e grande demais para as necessidades do país. O levantamento do Ipea prova o contrário. A participação do emprego público é pequena. O percentual de servidores em relação à população ocupada não chega a 11% e não alcança 6%, se for considerada a população total do Brasil. Isso fica claro quando a comparação é feita com estruturas estatais de países mais ricos da Europa ou mesmo com os Estados Unidos, levando-se em conta a relação de servidores públicos com população ocupada. Dinamarca (39,3%) e Suécia (33%) encabeçam a lista.

O percentual elevado se explicaria pela existência da política de Bem-Estar Social que exige, para execução, mão de obra do setor público. Mas essa especificidade não se aplica a países “altamente privatistas”, como Estados Unidos (14,9%) e Canadá (19,9%), e a nações europeias como França (14,4%) e Espanha (15%), entre outros. Todos com percentual maior do que os 11% do Brasil. O tamanho do Estado brasileiro, pelo mesmo parâmetro, comparado com os países da América Latina, também é modesto. Está bem abaixo de Panamá (17,8%), Uruguai (16,3%) e Argentina (16,2%), e um pouco acima do Chile (10,5%). Durante oito anos, o presidente Fernando Henrique Cardoso foi o arauto da luta contra o Estado brasi-



Foto: Henri Figueiredo

Angra dos Reis: servidor cercado de trabalho em juizado com déficit de pessoal

No Brasil, o percentual de servidores em relação à população ocupada não chega a 11% e não alcança 6%, se for considerada a população total. Nos EUA o índice é de 14,9%, na Dinamarca de 39,3% e na Suécia de 33%.

leiro. Ao assumir o poder, anunciou o fim da Era Vargas. Não por acaso, Getúlio Vargas foi o governante que montou as bases do Estado moderno. Nada ocorria por acaso. Ao discurso antiestatal sucedeu o programa de privatização.

Os dois governos de FHC deixaram marcas rastreadas pelo Ipea: “A mudança mais expressiva deu-se pela redução do peso de certas parcelas da administração indireta, como as companhias estatais (que incluem empresas públicas e também sociedades de economia mista), cujo peso caiu de quase 10% em 2002 para 8,4% em 2007, depois de ter sofrido quedas mais acentuadas ainda nos anos 1990, por causa das privatizações”.

Os beatos dessa procissão privatista entoavam a ladainha do inchaço do Estado brasileiro.

Havia contrapontos, mas não eram considerados. É o caso do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos, que, em 2006, quando os efeitos do discurso contra o Estado ainda eram predominantes, lançou o livro “O Ex-Leviatã Brasileiro”, desmascarando as “pistas falsas” do debate incentivado pelos tucanos e mesmo de alguns petistas conversos ao leilão do Estado brasileiro.

A pergunta lançada por Wanderley Guilherme naquela ocasião e repetida agora não é dirigida ao tamanho das burocracias dos países ricos, mas porque a do Brasil é reduzida. Ele explica: “O Estado brasileiro foi constituído assim para atender uma sociedade oligárquica que, portanto, não estava a fim de Estado, exceto no que diz respeito ao comércio exterior”.

Segundo ele, só a partir de 1950 as contas públicas começaram a se tornar mais complexas e, ainda assim, “as iniciativas eram tomadas pontualmente, crescendo um pedaço aqui, ficando mirradas ali e, sem dúvida, mantendo sempre as características de distribuição de empregos inúteis: ascensoristas, motoristas e outros”. “Atualmente o Estado não está aparelhado para responder com velocidade e coerência às demandas de uma sociedade industrial urbana que fez, em larga medida, a reforma capitalista do campo”, adverte Wanderley Guilherme.

A crise financeira resgatou e fortaleceu o papel do Estado, uma obra iniciada por Getúlio Vargas, que, felizmente, resistiu parcialmente ao desmonte parcial efetuado pelos tucanos.

*Jornalista de Carta Capital.

Com as mãos sujas de sangue



Ideias em Revista já defendeu posições do governo do Irã, principalmente com relação aos conflitos no Oriente Médio. Agora é importante denunciar mais essa violação das leis internacionais.



Grupos internacionais de defesa dos direitos humanos protestaram contra a execução, na sexta-feira, 1º de maio, de uma jovem iraniana condenada por um assassinato cometido quando ela tinha apenas 17 anos de idade. O enforcamento de Delara Darabi, de 23 anos, ocorreu apesar de a jovem ter sustentado durante seu julgamento que era inocente. Ela havia confessado inicialmente a morte de um primo de seu pai, mas posteriormente disse ter feito a confissão para salvar o namorado.

A Justiça iraniana havia recentemente concedido uma suspensão da execução por dois meses, mas o advogado da jovem disse que as autoridades prisionais ignoraram a ordem e a enforcaram sem aviso prévio. A Anistia Internacional se disse “escandalizada” com a execução e disse que Darabi não teve direito a um julgamento justo. Segundo a organização, desde 1990 o Irã executou 42 pessoas que haviam cometido crimes antes dos 18 anos, em desacordo com as leis internacionais.

O caso de Delara Darabi gerou grande atenção internacional após pinturas e desenhos dramáticos criados por ela em sua cela serem divulgados pelo mundo. O correspondente da BBC em Teerã

disse que na manhã de sexta-feira Darabi fez uma ligação telefônica desesperada para seus pais, dizendo que podia ver o carrasco por perto.

“Mãe, eles vão me executar, por favor, me salve”, disse ela, antes de um carcereiro tomar o telefone e afirmar: “Vamos executar sua filha e não há nada que vocês possam fazer sobre isso”.

Hassiba Hadj Sahrahoi, subdiretora da Anistia Internacional para o Oriente Médio e o Norte da África, disse que a execução rápida foi uma ação cínica para evitar protestos internacionais. “A Anistia Internacional está escandalizada com a execução de Delara Darabi, particularmente com a notícia de que seu advogado não foi informado”, disse.

Segundo Sahrahoi, a organização não considera o julgamento de Darabi como justo, “já que os tribunais se recusaram a considerar novas provas que seu advogado dizia que poderiam ter provado que ela não cometeu o assassinato”.

Fonte: Originalmente publicado pela BBC Brasil sob o título “Irã é criticado por enforçar jovem condenada por assassinato”.

Suspensão de sentença foi farsa

Wálter F. Maierovitch*

A filha da vítima, Hayedeh Amir-Eftekhari, negou-se a perdoar Delara Darabi: a vítima tinha cinco filhas e Hayedeh era a única a não aceitar trocar a pena capital por sanção indenizatória. O governo, por seu turno, não concedeu a clemência a Delara Darabi e nem converteu a pena capital em pena de prisão. O certo é que a pena capital foi suspensa por apenas dez dias. Seguramente para baixar a pressão internacional e evitar fosse o presidente Ahmadinejad hostilizado no discurso de abertura da Conferência da ONU sobre racismo, ocorrida na semana que se seguiu à suspensão da pena capital.

Nem a sexta-feira, dia sagrado para os islâmicos xii-

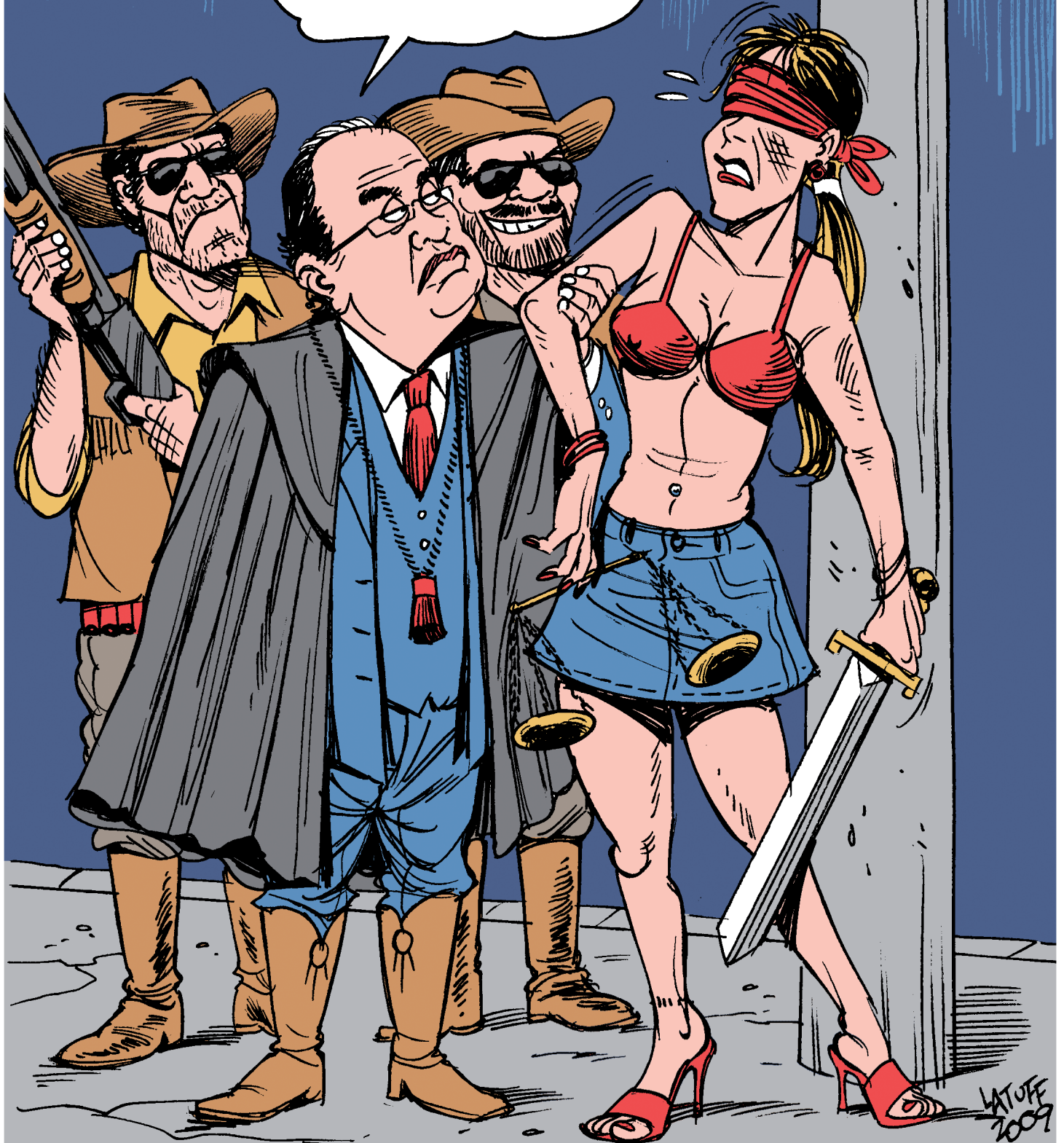
tas, evitou a barbárie, ou seja, a efetivação de um homicídio-legal (praticado pelo Estado). Não se tem, ainda, detalhes sobre a forma de execução. Estava previsto, quando ocorreu a suspensão, o enforcamento em local público. E o corpo pendurado em guindaste ficaria em exposição, como sempre acontece. A pintora Delara Darabi, —frise-se 23 anos de idade—, negou em juízo ter sido autora do crime de homicídio. A sua negativa foi confirmada por oficial prova pericial: tecnicamente, não poderia ter atingido a vítima. Depois da China, o Irã é o país que mais impõe e executa penas de morte.

*Jurista e professor. Texto extraído do blog <http://maierovitch.blog.terra.com.br>.

O MINISTRO JOAQUIM BARBOSA AFIRMOU QUE GILMAR MENDES ESTA DESTRUINDO A JUSTIÇA NO BRASIL...

ESQUINA
BRASIL

DESTRUIR COMO??
SE EU CHIDO TÃO
BEM DE VOCÊ?!



LATOFF
2009



Centro de Estudos, Pesquisa e Atualização em Direito

CURSOS CEPAD - MAIO DE 2009

20%

Desconto para sindicalizados*

SINDICALIZADOS DO SISEJUFE

(21) 2262-4658

INTENSIVAS: CARREIRAS JURÍDICAS

Promotor de Justiça - MP/RJ

MARATONA DE AULAS - INTENSIVÃO: MAIO/JUNHO

Oficial de Justiça - TJ/RJ

TURMAS DE TEORIA, EXERCÍCIOS e SIMULADO - MAIO

Delegado Civil (RJ)

INTENSIVAS DE TEORIA e EXERCÍCIOS - MAIO

Procurador do Bacen

INTENSIVAS DE EXERCÍCIOS - MAIO

EXAME DA ORDEM

38º Exame - 2ª Fase

EM MAIO: MÓDULOS ESPECÍFICOS

ÁREAS: PENAL, ADMINISTRATIVO, CONSTITUCIONAL e TRABALHO

39º Exame - 1ª Fase

EM JUNHO: INTENSIVAS DE TEORIA COM EXERCÍCIOS

MANHÃ, TARDE, NOITE ou SÁBADO

Extensivas com Pós-Graduação

Preparada com a finalidade de acompanhar o universitário nos últimos períodos que antecedem sua formação, almejando sua aprovação no exame da ordem, cujo conteúdo servirá de base para concursos realizados pela banca CESPE/UnB, tais como: Delegado Federal, Analista de Tribunais, entre outros (concursos que não exigem prévia experiência). Ao fim da turma, o aluno ainda terá a possibilidade de conversão do curso em pós-graduação pelo Centro Jurídico Damásio de Jesus (Referência nacional em graduação e pós-graduação), o que importará em uma graduação simultânea com título importante em concursos públicos e na carreira jurídica.

CURSOS ESPECIAIS

inscrições on line

Incorporação Imobiliária e o CDC

Prof: Werson Rego e Melhim Chalhub

Curso de Locações: Aspectos Jurídicos

Prof: Sylvio Capanema

Direito de Família

Local: ACPSAT (30 vagas presenciais)

Prof: José Maria Leoni

Direito das Sucessões: Sucessão Legítima

Prof: José Maria Leoni

Administrativo e Constitucional: Fase II

Prof: Guilherme Peña de Moraes

Direito Processual Penal

Princípios; Ação Penal; Competências

Prof: Ana Cristina Mendonça

EM AGOSTO

Tutela Coletiva

PROF. WILNEY MAGNO

Código de Defesa do Consumidor

PROF. WERSON REGO

Obrigações e Contratos

PROF. SYLVIO CAPANEMA



CEPAD CENTRO - Tel: 2262-4658

Av. Alnte. Barroso, 91 - 2º andar, Centro, RJ

Informações completas e atualizadas em nosso portal:

www.cepada.com.br



www.cepada.com.br

中醫

Medicina Tradicional Chinesa e outras terapias no Sisejufe

O Sisejufe está oferecendo a seus filiados o exclusivo atendimento terapêutico alternativo, com ênfase na Medicina Tradicional Chinesa e em técnicas como quiropraxia e acupuntura, realizado pelo fisioterapeuta Antônio Carlos Coelho Lopes. Profissional experiente, formado pela ABBR, com passagem pelo CREB, Hospital Central da Marinha (HCM), Antonio Carlos é o atual fisioterapeuta da Seleção Brasileira de Futebol de Areia.

O atendimento é feito de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h, na sede do sindicato. O serviço é exclusivo para servidores sindicalizados. Cada sessão custa R\$ 15,00 e dura de 40 minutos a 1 hora e 10 minutos. Na primeira consulta, o paciente faz uma avaliação do seu problema para traçar o tipo de tratamento mais adequado. Pede-se que o paciente traga roupas curtas e confortáveis, como calções, bermudas e camisetas. Para marcar uma sessão basta ligar para (21) 2215.2443 e agendar.

推拿
針灸
艾炙
拔罐
中药
食療
氣功
太極拳
站樁
八段錦
練功

*Acupuntura • Moxabustão • Técnica de Mobilização Osteomioarticular
Drenagem Linfática • Massoterapia Ayurvédica • Shiatsu • Quiropraxia*

**Ligue e agende sua consulta
(21) 2215.2443 – Só R\$15,00**